

# IMPÉRIO EM DISPUTA



Thiago Krause  
Rodrigo Goyena Soares

# IMPÉRIO EM DISPUTA

Coroa, oligarquia e povo na formação do Estado brasileiro  
(1823-1870)

 **FGV EDITORA**

Copyright © 2022 Thiago Krause; Rodrigo Goyena Soares

Direitos desta edição reservados à  
FGV EDITORA  
Rua Jornalista Orlando Dantas, 9  
22231-010 | Rio de Janeiro, RJ | Brasil  
Tel.: 21-3799-4427  
editora@fgv.br | www.editora.fgv.br

Impresso no Brasil | *Printed in Brazil*

*Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei no 9.610/98).*

*Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos autores.*

1ª edição – 2022

*Preparação de originais:* Ronald Polito  
*Projeto gráfico de miolo e diagramação:* Mari Taboada  
*Revisão:* Michele Mitie Sudoh  
*Capa:* Estúdio 513

*Fontes das fotos:* Imagens da capa: ??? | Imagens do miolo: p. 46. Fundação Biblioteca Nacional; p. 48. Museu Histórico Nacional; p. 61. Fundação Biblioteca Nacional; p. 107. Fundação Biblioteca Nacional; p. 110. Fundação Biblioteca Nacional; p. 125. Fundação Biblioteca Nacional; p. 141. Fonte: ???; p. 143. Fundação Biblioteca Nacional; p. 155. Fundação Biblioteca Nacional; p. 165. Fundação Biblioteca Nacional; p. 193. National Museum of American History, Washington, DC. p. 206. Acervo Instituto Moreira Salles; p. 221. Coleção particular; p. 247. Acervo do Museu Histórico do Exército; p. 265. Fundação Joaquim Nabuco; p. 288. Fundação Biblioteca Nacional. Caderno de imagens: Fundação Biblioteca Nacional; Museu Imperial de Petrópolis; ???; Fundação Biblioteca Nacional; Fundação Biblioteca Nacional; Fundação Biblioteca Nacional; Galeria dos Brasileiros Ilustres, 1861; Instituto Moreira Salles; coleção Princesa Isabel; ???; Pinacoteca do Estado de São Paulo; ???

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas/FGV

Krause, Thiago Nascimento

Império em disputa : coroa, oligarquia e povo na formação do Estado brasileiro (1823-1870) / Thiago Krause e Rodrigo Goyena Soares. – Rio de Janeiro : FGV Editora, 2022.

408 p. : il. (Coleção Uma outra história do Brasil)

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5652-158-9

I. Brasil – História – Império, 1822-1889. 2. Brasil – História, 1823-1870. I. Soares, Rodrigo Goyena. II. Fundação Getulio Vargas. III. Título.

CDD – 981.04

Elaborada por Rafaela Ramos de Moraes – CRB-7/6625

# SUMÁRIO

Uma outra história do Brasil 7

Prefácio 9

Introdução 13

CAPÍTULO 1. O MONARCA E AS OLIGARQUIAS —  
MAS E O POVO? (1823-31) 27

A Constituição de 1824 e as instituições imperiais 29

Entre as potências da Terra 54

“Nossa Revolução Gloriosa” 75

CAPÍTULO 2. LABORATÓRIO DA NAÇÃO (1831-37) 85

Reforma ou Revolução? 87

Liberdade e igualdade em uma sociedade escravista 102

Separatismos de Norte a Sul 122

CAPÍTULO 3. ORDEM E REGRESSO (1837-48) 129

Fazer parar o carro da revolução 131

A afirmação conservadora 153

Liberalismo Saquarema 178

## CAPÍTULO 4. PAX ESCRAVOCRATA (1848-62) 183

Os pilares da trindade conservadora 186

A conciliação de Carneiro Leão 223

A política externa conservadora 243

## CAPÍTULO 5. CRISE DA ORDEM IMPERIAL (1862-70) 257

O renascer liberal e a liga progressista 264

A marcha para a guerra 276

Os caminhos da emancipação 286

A implosão da ordem 308

## EPÍLOGO: O REFORMISMO DO VISCONDE DO RIO BRANCO 321

*Caderno de imagens*

*Agradecimentos* 329

*Notas* 331

*Referências* 361

*Fontes* 361

*Fontes impressas* 363

*Bibliografia* 367

*Sobre os autores* 400

## CAPÍTULO 5

# CRISE DA ORDEM IMPERIAL (1862-70)

A Europa conheceu um período de relativa estabilidade política nos anos imediatamente subsequentes à Primavera dos Povos, em 1848. Um certo tipo de liberalismo havia triunfado, porém em nada se assemelhava ao perfeito desempenho da vontade popular no exercício soberano do poder e muito menos a um ofuscamento do Estado em benefício do mercado. Pelo contrário, a liberdade dos modernos de então pautou-se pela constituição de um Estado forte o suficiente para regular o exercício de liberdades individuais, aí incluídas as econômicas.

Não era, pois, um liberalismo antiestatista o que inspirou as reformas posteriores à Primavera dos Povos, mas sim o aperfeiçoamento das burocracias civis e militares em proveito da efetivação e da expansão dos mercados, das descobertas científicas e tecnológicas, da integração física dos espaços nacionais e internacionais, da intensificação da produção alimentar e da exploração ecologicamente irresponsável das *commodities*. Foi o tempo por excelência do liberalismo econômico, defendido, no entanto, nos limites da realização ampliada dos capitais produtivo e financeiro, porque, quando necessá-

rio, os proprietários reclamaram a presença do Estado para regular a emissão de moeda, as taxas de juros e a política aduaneira.

Em oposição, a década de 1860 pôs em xeque um liberalismo que era plástico o bastante para atender aos anseios de certas classes em detrimento de outras. Os radicalismos, que ganharam amplo fôlego, expressaram as diferentes tensões das realidades locais, não obstante, todos tinham na desigualdade a medida de sua oposição a uma liberdade julgada pouco democrática. Conscientemente ou não, falavam de um capitalismo liberal que havia gerado miséria social — e com razão, visto que o século XIX se caracterizou pelo aprofundamento das desigualdades. Embora derrotados, os radicalismos disputaram os sentidos do Estado, reabilitando sobretudo na década de 1870 a urgência de novas modernizações conservadoras.<sup>299</sup>

Os primeiros terremotos vieram do Oriente como reação às incursões ocidentais. Em decorrência da imposição de tratados desiguais, a China da dinastia Qing viu erguer-se um movimento rebelde que causaria até seu término em 1864 cerca de 20 milhões de mortes. Encastelado num messianismo sincrético de ascendência cristã, o líder da Rebelião Taiping vislumbrou em Beijing a expressão de um Império corrompido e submisso ao Ocidente. Defendia teorias radicais de igualdade social, como a instituição de terras comunais para os camponeses, o fim de todo e qualquer tipo de escravidão e a substituição do confucionismo e do budismo por um melhor ópio para o povo do que o exportado pelos britânicos, também condenado pelo Reino Celestial Taiping.

Praticamente coincidindo com os ganhos territoriais dos rebeldes no Sul da China, a Índia conheceu o levante dos Sipaios. Soldados indianos a serviço da Companhia Britânica das Índias Orientais insurgiram-se contra o que acreditavam ser uma política de ocidentalização e subordinação conduzida pelos britânicos, num cenário agravado por imposições tributárias à população indiana e pelo desencorajamento, realizado tanto à força quanto por obra do mercado, à produção de manufaturas locais. Era o ano de 1857, e as perdas que se avizinhavam



em decorrência da crise financeira empurram os britânicos a lançar a política do *Raj*, a administração colonial direta em grande parte do território indiano. Entre mortos por balas e vitimados por epidemias, foram praticamente 800 mil baixas. Na China, o dilaceramento interno motivou nova investida britânica, agora alargada pela cooperação francesa, norte-americana e russa, para expandir a abertura dos portos. Muito especialmente, Londres também demandava a legalização total do ópio, isenções tributárias no trânsito interno de mercadorias e a regulação do comércio de *coolies* — os trabalhadores braçais oriundos tanto da China quanto da Índia.<sup>300</sup>

O contínuo alargamento de mercados periféricos, atalhado pela assinatura de tratados de livre-comércio entre europeus, permitiu dar sobrevivência ao ciclo global de expansão econômica, que, no entanto, se esgotaria ao término da década de 1860. Progressivamente, o excesso de investimentos, realizados para lidar com uma sempre acrescida concorrência, provocou em fins da década de 1850 persistentes altas nas taxas de juros, repassadas, pelo resto, nos preços ao consumidor, cujos salários não aumentavam na mesma proporção. Na perspectiva do economista Nikolai Kondratiev, a década de 1860 assinalaria a passagem de uma fase de expansão para uma de retração, caracterizada por uma queda no consumo, nos preços e nos juros. Malgrado todas as especificidades nacionais, foi efetivamente o que ocorreu, dando lastro material aos radicalismos que se afirmaram nos quatro pontos cardinais do mundo.<sup>301</sup>

Na Grã-Bretanha e na França, os movimentos sindicais ganharam novo alento e transformaram uma situação socioeconômica em reivindicação de classe, notadamente exigindo a afirmação dos direitos sociais e a adoção do sufrágio universal. Em 1864, Karl Marx e Friedrich Engels fundaram em Londres a Associação Internacional dos Trabalhadores, reunindo então na Primeira Internacional Comunista operários e militantes oriundos de partidos socialistas nacionais. Na península itálica, Giuseppe Garibaldi, que havia combatido o Rio de Janeiro do lado dos farrapos, lutou incansavelmente por uma Itália

unificada sob os augúrios de uma república popular. Numa Espanha radicalizada por uma onda democratizante, a rainha Isabel II foi deposta em 1868, no início de um movimento que, cinco anos depois, culminaria numa efêmera Proclamação da República. Já em Paris, após a derrota para a Prússia em 1871, constituiu-se o primeiro governo operário da história, fazendo ecoar os momentos mais radicais da Revolução de 1789.<sup>302</sup>

Na América, a principal ideia radical foi a abolicionista. A escravidão, que havia convivido muito bem com o liberalismo e escorado a produção têxtil na Europa, opôs insuperavelmente os Estados livres e setentrionais ao cativeiro meridional dos Estados Unidos. Seguindo um movimento de quase cinco décadas, o preço do algodão entrou em franco declínio e atingiu sua pior marca histórica em 1857. Sua produção era praticamente monopolizada pelos estados escravistas do Sul dos Estados Unidos, onde, contra todas as tendências, o preço do escravo alcançou sua melhor média secular: os inacreditáveis, pelo menos para a época, mil dólares por escravo masculino em idade de lavoura — em termos atuais, algo próximo a um carro de luxo. A eleição de Abraham Lincoln em 1860 acirrou todos os ânimos. Seu partido era declaradamente antiescravista. Embora com plataforma moderada durante a campanha, sua vitória redundou no rompimento dos estados sulistas com a União. No começo de 1861, estava declarada a Guerra de Secessão, o maior conflito civil do mundo ocidental no século XIX. Deixaria em torno de 750 mil mortos, uma crise econômica de proporções inéditas e redobradas dificuldades para os países comercial e financeiramente atrelados aos Estados Unidos.<sup>303</sup>

As indústrias têxteis, especialmente na Grã-Bretanha, sentiram rapidamente os efeitos da interrupção nas exportações da fibra norte-americana e buscaram soluções na produção algodoeira da Índia e do Egito. O Império do Brasil tiraria alguma vantagem da situação com as plantações de algodão no atual Nordeste e em São Paulo, porém não era nada que compensasse os efeitos deletérios para a oligarquia cafeeira. A partir de 1863, a cotação do café na praça de Nova

York despencou, empurrando seu preço aos patamares de 1857 até o final da década de 1860, e uma nova crise financeira irrompeu no Rio de Janeiro em 1864. O momento era particularmente grave. Não apenas interiorizava-se a crise norte-americana no Império, reabilitando uma agenda emancipacionista que agonizava desde o final da década de 1830, mas também e sobretudo as tensões no rio da Prata redundaram no maior confronto sul-americano de todos os tempos.

Expressão do mórbido vínculo entre as tropas e o desenvolvimento tecnológico característico da Segunda Revolução Industrial, a Guerra do Tríplice Aliança contra o Paraguai ceifou entre militares e civis algo próximo a 450 mil vidas. Foi o quarto conflito mais sangrento do século XIX e, não à toa, expôs todas as contradições do Império. Do ponto de vista da política externa, o Rio de Janeiro fez de Buenos Aires sua principal aliada, quando historicamente reinavam a desconfiança, a antipatia e a hostilidade. Arrastou também consigo Montevideú, que pouco antes sofrera intervenção militar imperial para derrocar o partido *blanco*, cuja principal aliança era com Assunção. Malgrado somar menos de um décimo da população brasileira, o Paraguai conseguiu estender o conflito por mais de cinco anos, até março de 1870. Mal integrado a suas fronteiras ocidentais, o Rio de Janeiro não pôde confrontar Assunção senão pelas vias fluviais da bacia do Prata, deixando o Mato Grosso a sua própria sorte, e teve de renunciar à secular posição contrária à abertura do Amazonas à navegação internacional. Era forma de evitar um conluio entre o Paraguai e as Repúblicas do Pacífico, que, desejosas de ampliar seu tráfego atlântico, viam com maus olhos a movimentação do Império no Prata.

Quando estourou a guerra, o Império era Davi, e o Paraguai, Golias. Francisco Solano López, ainda que rudimentarmente para um Estado que apenas começava a se abrir ao comércio internacional, havia logrado equipar suas Forças Armadas a ponto de possuir três vezes o número de soldados que o Brasil albergava em sua caserna. Concentrada no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, em Pernambuco e na Bahia, a tropa imperial não se caracterizava pelo prestígio

corporativo. Faltavam-lhe fardas, botas e clavinhas de cavalaria. As espingardas e as carabinas eram poucas, e boa parte dos mosquetões estava quebrada. A eventual superioridade estava na Marinha, que tampouco conagraçava as classes sociais mais lisonjeiras na perspectiva do alto oficialato. Eram homens pobres que procuravam na espada a sorte que os mais ricos traziam de berço, empregando-a como certificado de dispensa militar.<sup>304</sup>

Após a fatídica derrota na batalha de Curupaiti, em setembro de 1866, o Exército foi reorganizado sob o comando do então marquês de Caxias, e as contradições do Império aprofundaram-se correspondentemente. O conflito não entusiasmava mais como em 1865, quando se convocaram os Voluntários da Pátria. Num momento em que as tropas argentinas retrocederam para combater uma nova guerra civil, o Império aprofundou o recrutamento forçado e, em novembro, recorreu a escravos que ganhariam a liberdade com a condição de lutar contra o Paraguai. Ao passo que a agenda servil encontrava espaço no Conselho de Estado e na Assembleia Geral do Império, gerando crises entre partidos que tampouco se entendiam sobre as estratégias e os comandos militares, d. Pedro II armava libertos de guerra para defender um país escravocrata. Pouco depois, em 1868, a Coroa dissolveu a Câmara e convocou ao poder ninguém menos do que o velho Itaboraí. Outro paradoxo, porque o novo chefe de gabinete era o avesso da emancipação gradual que o imperador favorecia. A chave do impasse estava no Banco do Brasil.

Zacarias de Góis e Vasconcelos, um eterno desafeto do Banco, havia-o privado de sua faculdade emissora, emitindo papel-moeda via Tesouro Nacional num volume que só coube na urgência da derrota em Curupaiti. Como era de se esperar, a inflação disparou e o câmbio desvalorizou-se. Temendo o pior para a saúde financeira do Império e seus cafezais, os conservadores pediram ao imperador a caneta de Zacarias. Quando Itaboraí assumiu o poder, a simbiose entre o governo e o Banco do Brasil foi reconstituída. O novo chefe de gabinete limitou drasticamente a emissão de papel-moeda e, no lugar, promoveu

um acréscimo exponencial na venda de apólices e títulos da dívida pública, que o Banco do Brasil e seus acionistas — em sua maioria homens e mulheres ligados à grande lavoura fluminense — adquiriram com gana e avidez. O Império inaugurou então um tempo de inédito endividamento interno, do qual o Banco do Brasil, por ser a maior instituição financeira do país, se veria reiteradamente favorecido.<sup>305</sup>

Com as incoerências próprias do momento, a ampla circulação de apólices e títulos alcançou as classes menos nobres, que também os compraram no afã do lucro fácil. Eram corretores de menor expressividade financeira, advogados, engenheiros, médicos, mas também comerciantes, empregados públicos, notários, padres e oficiais de justiça. No exato instante em que a Coroa tomava decidido partido pela emancipação e que se agitavam as vozes contrárias à escravidão, o mercado de apólices acorrentava o Império ao cativo, visto que a propriedade escrava lastreava as operações financeiras. Se a solvência do Estado dependia da alfândega, que vibrava no mesmo ritmo dos cafezais, era o escravo que sustentava a capacidade de financiamento do Império. Dito de outro modo, a financeirização da escravatura, aprofundada pela guerra, tolheu qualquer avanço radical em direção à abolição, porque caso fosse abrupta, não apenas se comprometeriam o orçamento imperial e o valor dos títulos públicos, porém igualmente a carteira de todos aqueles agrilhoados ao mercado financeiro, abolicionistas ou não.

Sem surpresas, o governo resistiu a mudanças na propriedade cativa, porém da crise de 1868 intensificaram-se todos os radicalismos da hora. Promovido às pressas nos pântanos paraguaios, o baixo oficialato do Exército era de origem social mais modesta do que o fora nas décadas anteriores. Não tardou em mostrar feição abolicionista, embora sem impacto instantâneo, porque obstaculizado por controles hierárquicos corporativos. Os liberais de 1862 racharam em duas alas: a reformista, que reconduziu os afeitos ao gradualismo emancipatório e à desconcentração do poder político-institucional, e a radical, da qual nasceu um abolicionismo rapidamente silenciado

no partido republicano que lhe deu forma. Nos cafezais paulistas, para onde se deslocava progressivamente o principal eixo produtivo nacional, também se erigiu um bloco radical que tinha na federação, e não imediatamente na abolição, o sentido da república.

Malgrado raras exceções, os radicalismos de maior influência temperaram as liberdades civis e políticas num caldeirão de igualdade entendida, em primeira instância, como desobstrução do acesso ao poder, e não como equidade entre classes sociais. Faltou-lhes a fraternidade, ausente num corpo social cujos membros mais altos singularizavam-se por um racismo apenas superficialmente dissolvido na miscigenação histórica da população e numa fictícia igualdade perante a lei. Sem equilíbrio de forças possível, apesar da agitação dos subalternos, os antagonismos sociais e raciais não compuseram a essência dos radicalismos à moda brasileira na década de 1860, que terminaram apenas bafejados, pelo resto, numa lei que buscou antes deter do que impulsionar o término do cativo. Foi ela, todavia, que acelerou os ponteiros do Império rumo a uma crise caracterizada, principalmente, por novas disputas entre grupos oligárquicos.

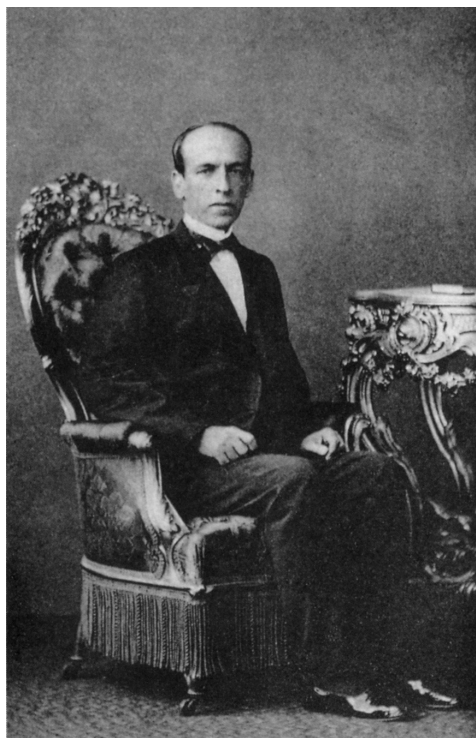
## O RENASCER LIBERAL E A LIGA PROGRESSISTA

Zacarias de Góis e Vasconcelos era um personagem austero e inflexível. Nascido em uma rica família baiana, destacou-se rapidamente no mundo acadêmico. Estudante de brilhantes qualidades, antes de ingressar na política tornou-se professor na Faculdade de Direito do Recife, quando a sede ainda era em Olinda. Na década de 1840, filiou-se ao partido conservador e muito rapidamente conseguiu bom trânsito com os arautos do pensamento saquarema, o que lhe valeu a pasta da Marinha no gabinete de Itaboraí em 1852. Sua ética da responsabilidade moldou-o bem aos quadros conservadores, porque julgava o Império ainda instável; mas seus princípios, robustecidos nas oportunidades políticas que se abriam no término da década

de 1850, eram de fundo liberal. Zacarias tinha em John Stuart Mill e em Jeremy Bentham os baluartes de sua ética da convicção, que conduziu em benefício do renascer liberal. Fosse um personagem de ficção, juntaria ao ceticismo de Aires a solidão de Bentinho. Sempre vestido de preto, esboçando no máximo o sorriso da ironia, Zacarias tinha dom para fazer inimizades.<sup>306</sup>

Tornou-se na virada para a década de 1860 o principal nome da oposição. Não falava em reformas constitucionais profundas, a não ser pelo rechaço ao Poder Moderador. Insistia na reformulação da lei de dezembro de 1841, o que significava, em suma, retirar os poderes judiciais das autoridades policiais para assim reconduzir menos coercitivamente o processo eleitoral. Quando chegou ao poder em maio de 1862, não obstante, Zacarias pareceu tímido aos olhos dos liberais puritanos. Propôs apenas leves alterações na lei de 1841, compreen-

Zacarias de Góis e Vasconcelos retratado pelo fotógrafo português Joaquim Insley Pacheco (1830-1912), provavelmente em 1866. Populares entre as notabilidades políticas, os retratos eram encomendados, dando-lhes amplitude na década de 1860, aos poucos fotografos ou estúdios de fotografia que lentamente se instalaram no Império. Eram formas de representar e de exteriorizar um “eu” social selecionado e devidamente montado para a ocasião. Muitas vezes, os retratos tomavam a forma de cartões de visita. Joaquim Insley Pacheco, c. 1866.



dendo que não teria, de imediato, o apoio dos deputados. Naquele momento, a Câmara não tinha fronteira nem bandeira. Os conservadores ainda eram majoritários, mas as defecções de 1860 foram imensas. Os dissidentes, insatisfeitos com a perpetuação de nomes saquaremas no poder, aliaram-se a um bando muito heterogêneo de liberais. Formaram uma liga parlamentar que ganhou o nome de progressista, não devido a uma agenda social qualquer, mas em contraposição aos sucessores dos regressistas de 1837.

Sem base legislativa sólida que lhe desse apoio, Zacarias encontrou-se instantaneamente isolado. Visto como oportunista e julgado desleal, porque se revelou menos enérgico sobre a lei de 1841 quando no poder, Zacarias caiu com menos de uma semana no poder. Seu ministério ficou conhecido como o gabinete dos anjinhos, em referência aos recém-nascidos que perecem antes do batismo. O sarcasmo que lhe era característico pareceu então trocar de lado e encontrou sua melhor expressão num eterno desafeto de Zacarias. Numa altura em que os saquaremas estavam recolhidos, o tom mais agressivo ficou com Torres Homem, que dizia não poder aceitar a Liga Progressista como partido político:

Composta de elementos de origem e de natureza diversa, animada de aspirações diferentes e até contrárias, a Liga oferece-se antes aos olhos do país como uma variada coleção de cores de matizes do espectro solar [...]. Para derrubar um ministério, estas coligações temporárias e heterogêneas serão talvez coisas excelentes. Mas para fundar um governo e dar satisfação aos interesses da ordem, da liberdade, elas são de todo impróprias.<sup>307</sup>

Além de Zacarias, a nova situação tinha no também conservador dissidente Nabuco de Araújo seu segundo melhor nome. Para desespero de Torres Homem, porém, d. Pedro II convocou à chefia do gabinete o marquês de Olinda. Pareceu-lhe uma figura condizente com os rumos ligeiros e, sobretudo, mais apto à conciliação do que Nabuco de Araújo. Olinda nunca havia superado plenamente sua destituição



em 1848 e desde então se afastou dos emperrados. Suas credenciais regressistas, definitivamente desbotadas quando nomeou Sousa Franco para a pasta da Fazenda em 1857, reemergiram progressistas em 1862, pelo menos no plano das intenções. O novo governo dizia-se inclinado a adotar um programa de contenção aos abusos da prisão preventiva, de reformas na Guarda Nacional, de alterações na lei de 1841 e de investimentos na lavoura e no comércio. Errático e hesitante, Olinda não se converteu num marquês de Paraná de prosa liberal, o que era uma esperança velada da Coroa. Seu governo não logrou avançar em direção qualquer, e ratificou-se o consenso legislativo que o mantinha no poder apenas por falta de alternativas melhores.<sup>308</sup>

Os ligueiros esperaram ansiosamente pelas eleições de 1863, que poriam fim a Olinda e ao assim rotulado *ministério dos velhos*. Nesse meio-tempo e confiante quanto a uma possível ascensão ao poder, Nabuco de Araújo esboçou o que seria em 1864 o Partido Progressista. Foi o primeiro programa formal do país e sintetizou o liberalismo partidário de então. Dizia-se “um partido novo”, que “não toma[ria] sobre si a responsabilidade das crenças e tradições dos extintos partidos, a que pertenceram os indivíduos que o compõem”. Moderado, rejeitava qualquer reforma constitucional, a descentralização política e a eleição direta. Em consonância relativa com os antigos liberais, preconizava o respeito à divisão de poderes, a responsabilidade dos ministros pelos atos do Poder Moderador e uma descentralização limitada, visto que apenas administrativa. Como liberais modernos, os Progressistas queriam a proteção dos direitos individuais, a profissionalização dos magistrados, a reforma da Guarda Nacional, a melhora da educação nacional, a facilitação do crédito hipotecário e territorial, e, como sempre, a revisão da lei de dezembro de 1841.<sup>309</sup>

Como suposto e previsto pelos membros da Liga, Olinda não resistiu às eleições e caiu em janeiro de 1864, portanto antes da abertura da nova legislatura. A nova Câmara tornou-se majoritariamente ligueira, embora também marcada por liberais históricos, que se diziam de puro-sangue. Prova de que apesar da semelhança maçãs e

peras não se confundem, a preponderância ligueira tendeu a assinalar o isolamento dos puritanos, o que autorizou o retorno de Zacarias à chefia do gabinete. O novo Quinquênio Liberal, com exceção do parêntese de oito meses em que Francisco José Furtado assumiu o poder, caracterizou-se pelo que já era tendência desde 1862: Zacarias e Olinda revezaram-se no comando ministerial em ciclos respectivos, em média, de um ano e meio. A alternância, no entanto, em nada traduziu a estabilidade que a Grã-Bretanha havia encontrado no mesmo período com as repetidas trocas de gabinete entre o visconde de Palmerston e o conde de Derby. No Brasil, a imensa rotatividade no poder à época da Liga Progressista revelou sobretudo a heterogeneidade dos blocos parlamentares e a relativa ausência de dirigentes coesos. Nisso os ligueiros foram diferentes dos conservadores da década de 1850.

No tempo do Império, costumava-se dizer que nada se assemelhava mais a um conservador do que um liberal no poder. A intenção era dupla. Insinuava-se que os partidos nacionais, no frigor dos ovos, eram parecidos. Quiçá mais universalmente, sugeria-se também que o poder igualaria os diferentes, porque corromperia inclusive as almas mais vanguardistas. Como todo ditado popular, a máxima imperial abrigava imprecisões em particularidades que, no entanto, se dissolviam em generalidades mais autênticas. Era uma meia verdade. Historicamente, os liberais haviam defendido maior autonomia provincial, a composição eletiva da justiça, o desmembramento das funções policiais da magistratura, a revisão das competências do Poder Moderador e o protecionismo alfandegário. Nas décadas de 1850 e de 1860, o leque ideológico integrou reivindicações próprias à desconcentração bancária e à ampliação das liberdades civis e políticas. Apresentando-se corriqueiramente como forças transformadoras, os liberais tinham entre seus principais expoentes Francisco de Paula Sousa e Melo e Nicolau Campos Vergueiro na primeira geração; e Teófilo Ottoni, Nabuco de Araújo, Zacarias de Góis e Vasconcelos e Silveira da Mota na segunda.

Os conservadores tinham valores e ideais diferentes. Havia sido os paladinos da centralização administrativa e jurisdicional, das imoderadas atribuições do poder real, da superposição entre as funções de polícia e de justiça, do monopólio bancário e da liberdade de comércio. Figuras da preservação, queriam-se a expressão da ordem contra os desgovernos da liberdade: uma fórmula conservada de geração em geração — como de pais a filhos, Bernardo Pereira de Vascelos passou-a a Paulino José Soares de Sousa e a Joaquim José Rodrigues Torres, que a legaram a José Maria da Silva Paranhos. Era um modelo de poder constituído por lideranças que tinham sobretudo numa materialidade socioeconômica comum — e, se não isso, na consciência das restrições que os cafezais impunham ao Império — a origem de sua coesão.

A concentração de poder, assentada em instituições de controle administrativo e eleitoral, era forma eficaz de assegurar a execução de uma política econômica, em suas variantes cambial, monetária e orçamentária, favorável ao desenvolvimento dos principais bens exportáveis, notadamente o café. Embora não fosse necessariamente a regra, os bastiões cafeeiros do Rio de Janeiro, incluídos os polos comerciais, eram de clara tendência conservadora, assim como os núcleos açucareiros da Bahia e do Pernambuco. Também a alta burocracia apresentou propensão histórica ao partido conservador, vislumbrando-o como garantia de estabilidade em oposição às mais tempestuosas passagens dos liberais pelo poder.

O partido liberal também ajuntava proprietários fundiários, mas em bases produtivas, especialmente gaúchas, mineiras e paulistas, voltadas sobretudo para o mercado interno. Eram forças que acolhiam um receituário econômico algo contrário àquele que consubstanciava uma política fiscal e bancária mais favorável ao mercado externo. O término do contrabando negreiro, a diversificação do tecido profissional e o crescimento demográfico urbano alargaram a malha societária do partido liberal, que agrupou mais densamente pequenos comerciantes e produtores manufatureiros, notários, advogados

e médicos. Eram todas profissões que se ajustavam melhor à pauta econômica, política e civil dos liberais. Não sem razão, foi na década de 1860 que a agenda emancipacionista foi encampada por algumas figuras liberais, como Silveira da Mota. O preço do cativo havia mais do que triplicado em relação a 1850 e a decorrente concentração da propriedade escrava nos bolsões economicamente mais prósperos, tanto rurais quanto urbanos, deu lastro a clamores que assumiram, conscientemente ou não, a desagregação do cativeiro como melhor recurso para desconcentrar o poder.

A situação era, contudo, mais intrincada e labiríntica do que a oposição. Zacarias, Furtado e Olinda não lograram impor a reforma da lei de 1841 nem da Guarda Nacional. Com exceção do bloco radical, que somente se organizou a partir de 1868, os liberais não defenderam a abolição imediata da escravidão. Inclusive os que apadrinharam o gradualismo emancipatório circunscreveram sua causa aos tolhimentos que as estruturas econômicas e políticas fundamentadas no cativeiro interpunham ao Império. Avançar rápido demais em direção à abolição, em que pese a profunda renovação oligárquica que inevitavelmente produziria, seria condenar não apenas os baluartes fundiários dos liberais, apegados aos grilhões, porém sobretudo a viabilidade e a manutenção do poder. Política, econômica, social e culturalmente, o Império permanecia cativo da escravidão, e a maioria de seus dirigentes endossava uma circunstância que, herdada, não os absolvía da culpa de reabilitá-la.

Em certo sentido, Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, Nestor Duarte e Maria Isaura Pereira de Queiroz tinham razão quando enxergavam mais semelhança do que diferença entre os partidos imperiais, embora tenham talvez aplainado demais os contrastes sociais que os caracterizavam. Raimundo Faoro, Azevedo Amaral e Afonso Arinos resgataram as distintas classes sociais que os compunham, com algumas pendências em relação às contradições ideológicas que os fundamentavam. José Murilo de Carvalho complementou o quadro, afirmando as diferenças partidárias numa trama política em que o sis-

tema somente poderia ser reajustado, porque seu pressuposto foi o de uma elite política relativamente homogênea. Embora fissurada por tensões próprias aos partidos, essa elite não transformou a natureza do Império. Numa outra interpretação, inteiramente diferente seria dizer que homens e mulheres, constituídos em classes e mobilizados por ideologias, apenas se propõem verdadeiramente os problemas que são capazes de resolver, porque as circunstâncias socioeconômicas constitutivas das contradições que produzem e norteiam a política condicionam as vias limitadas de sua resolução. Em outros termos, os liberais poderiam bradar aos quatro ventos a agenda de reformas que melhor lhes servisse de bálsamo para o coração, mas a materialidade cafeeira e escravista do Império, pelo menos até o término da década de 1860, os refrearia todas as vezes que o fizessem. Em algum lugar, portanto, o ditado popular do Império tinha sua razão de ser.<sup>310</sup>

A crise de 1864 provou-o com todas as letras. A cotação do café em Nova York começou a despencar a partir de 1862, atingindo em 1868 o incômodo patamar de 1857. A Guerra de Secessão havia estimulado ao mesmo tempo as exportações do algodão nordestino, contudo, não era nada que compensasse a pressão no setor cafeeiro. Atento às consequências monetárias, fiscais e cambiais que adviriam com o retraimento do consumo norte-americano de café — já há décadas o principal mercado para o Brasil —, Zacarias pareceu comportar-se como um fiel conservador da década de 1850. Mobilizou todos os esforços para sustentar o orçamento imperial, o que significava necessariamente vir ao socorro dos cafezais. Olinda já havia reajustado as bases monetárias, lançando mão de títulos da dívida pública e de um empréstimo junto ao banco britânico N. M. Rothschild & Sons para enxugar o meio circulante e manter o câmbio na paridade oficial. Em nada assemelhava-se agora ao Olinda de 1857.

Zacarias foi além. Contra todas as apostas, nomeou um antigo presidente do Banco do Brasil para o ministério da Fazenda. Tratava-se de José Pedro Dias de Carvalho, que, embora tivesse boa circulação entre os liberais, não seria a voz da heterodoxia econômica.

Zacarias precisaria do Banco para aprovar o que lhe pareceu urgente e o que dominou praticamente todo seu segundo gabinete: a legislação hipotecária. O projeto original era da Nabuco de Araújo e tinha dois objetivos essenciais. O primeiro era administrativo-legal e regulamentava o direito de credores lastrearem-se em hipotecas para avolumar o crédito imobiliário, sobretudo agrícola. O segundo era econômico, estabelecia normativas financeiras para a constituição de carteiras de crédito imobiliário e formulava regras para a emissão de letras hipotecárias. Endossado por Zacarias, o projeto resolveria implicitamente outra premência vislumbrada pelo novo gabinete. O crédito hipotecário seria atributo das principais corporações bancárias — principal, ainda que não exclusivamente, o Banco do Brasil —, o que aliviaria as pressões monetárias sobre as casas bancárias simples. Na ausência de uma rigorosa lei hipotecária, eram elas que tinham largamente concorrido para o desenvolvimento agrícola, imobilizando seus capitais em empréstimos de longo prazo. Visto que eram também as casas bancárias que tinham maior capilaridade financeira nos diferentes estratos sociais, a situação poderia revelar-se potencialmente grave, porque o crédito à lavoura restringia o capital de giro e, portanto, a rápida liquidez para saques e descontos. O diagnóstico de Zacarias se provaria acertado na crise financeira que estourou em setembro de 1864. Até lá, entretanto, foi a morosidade o que caracterizou a aprovação da lei hipotecária.

O Banco Rural e Hipotecário mostrou-se mais reticente do que entusiasmado pelo projeto. Considerou-o inexecutável, dadas as garantias que reclamava dos proprietários. Os cafeicultores julgaram-no sem dúvida frutífero, desde que não significasse transformar os registros do vigário em demarcações definitivas. Somando-se ao diálogo de ecos recíprocos entre o mundo bancário e o produtivo, o Supremo Tribunal de Justiça foi da opinião que enquanto a propriedade não estivesse bem firmada, a hipoteca não seguraria suficientemente os direitos dos credores, que ora não emprestariam, ora permaneceriam fazendo-o com juros excessivos. A lentidão legislativa, que redundou

na estranha união entre Zacarias no gabinete e Itaboraí no Conselho de Estado e no Senado, não suportou os descaminhos financeiros do segundo semestre de 1864.

Em agosto, um incidente aparentemente menor pôs termo ao gabinete. A dissidência progressista, mais vagarosa em relação à regulamentação hipotecária, insistiu em contraste num rápido consentimento para subsidiar com recursos públicos uma linha direta de navegação entre o Rio de Janeiro e Nova York. José Bonifácio, que estava na pasta do Império e cujo tio-avô fora o patriarca da independência, não negou a utilidade da medida no cenário mais difícil que se apresentava às exportações de café, mas recomendou adiar sua votação. Conhecido como O Moço, o ministro exercendo igualmente funções de deputado tinha-se irritado com uma Câmara protelatória do projeto que o gabinete julgava urgente. Do ponto de vista diplomático, o momento tampouco era oportuno. Seriam companhias norte-americanas que fariam, sem escala em Londres, o movimento regular entre o Rio de Janeiro e Nova York, impactando negativamente o comércio britânico num momento em que as relações entre o Império do Brasil e a Grã-Bretanha andavam muito estremecidas. Isolado, Bonifácio abandonou imediatamente a pasta ministerial, e a situação foi interpretada como perda de confiança no gabinete, que também pediu demissão.<sup>311</sup>

A causa mais profunda da deposição, não obstante, era toda outra. No início de 1864, o brigadeiro Antônio de Sousa Neto, um antigo líder farroupilha, foi enviado em missão paradiplomática à Corte no intuito de pressionar em favor de uma posição enérgica contra o partido *blanco*. Dizia-se porta-voz dos mais de 40 mil gaúchos residentes no Uruguai, alegadamente acossados pelo presidente Atanásio Aguirre. Zacarias acudiu, porém nomeou o liberal muito moderado José Antônio Saraiva para chefiar uma missão que deveria exigir a Aguirre indenizações por danos materiais e punições contra as autoridades uruguaias responsáveis por perseguições a gaúchos. Comedido, Saraiva preferiu não entregar ultimato qualquer e per-

suadiu o gabinete quanto às possibilidades de um acordo pacificador que, eventualmente, poderia trazer os colorados de volta ao poder. Era também a posição do chanceler argentino Rufino de Elizalde e do ministro plenipotenciário britânico em Buenos Aires, Edward Thornton, ambos negociadores com Saraiva no Prata. Sem êxito, o diplomata brasileiro terminou por apresentar o ultimato no início de agosto de 1864, embora já houvesse perdido a confiança das principais forças partidárias no Rio de Janeiro. O fato impactou a própria sustentabilidade do gabinete. Os liberais históricos mostraram-se tão impiedosos quanto os gaúchos no desregramento platino; os progressistas viram urgência militar ali onde Saraiva enxergava espaço para a diplomacia; e os conservadores, fortes num Senado e num Conselho de Estado tradicionalmente favoráveis à contenção de Buenos Aires e agora inclementes em relação a Londres, desconfiaram da cooperação proposta por Elizalde e Thornton.

Dada sua costumeira prudência em relação ao Prata, Olinda ficou em segundo plano, e Francisco José Furtado assumiu o poder no final de agosto de 1864. À diferença de Zacarias, o novo chefe de gabinete era um liberal histórico e uma garantia de amparo às inquietações gaúchas, bem servindo, dada suas posições mais enérgicas em relação ao Prata, às aspirações progressistas e conservadoras. No entanto, a lua de mel que se anunciava em agosto, quando a Assembleia Geral do Império encerrava suas sessões, durou tão somente o tempo do recesso parlamentar. Não consumado, o casamento implodiu em maio de 1865, quando o Poder Legislativo voltou a reunir-se. Até lá, o gabinete Furtado foi tomado pelos terremotos da hora.

Em 10 de setembro de 1864, a casa bancária A. J. Alves Souto & Cia. ordenou subitamente que o movimento de seus caixas fosse suspenso. Como previsto por Zacarias, a casa Souto havia esticado demais seus empréstimos de longo prazo à lavoura, o que se aliava mal à sempre crescente emissão de vales de curto prazo. Quando se revelou a incompatibilidade entre o capital empatado nos cafezais e a exigência de imediata liquidez, a casa suspendeu os pagamentos,



acarretando o pânico financeiro na Corte. Em tempo recorde, uma massa de gente aglomerou-se na rua Direita, hoje Primeiro de Março, pedindo seus depósitos em todas as casas bancárias do Rio de Janeiro. Prevendo uma corrida também aos fundos metálicos, o que derrubaria o sistema bancário, a praça financeira enviou imediatamente uma representação ao governo, solicitando a intervenção do credor de última instância.

O Banco do Brasil intercedeu, inclusive porque as forças policiais esgotaram seus esforços para conter uma multidão incontrollável. Obteve do governo Furtado a autorização para emitir uma soma superior ao dobro de seu fundo disponível. Paralelamente, o Banco suspendeu a conversibilidade de suas notas em moeda metálica, impôs a liquidação das casas que sequer a esperança defenderia e estabeleceu uma moratória no pagamento de vales e de outros papéis comerciais — uma espécie de *corralito* à moda imperial. Em questão de semanas, o Banco do Brasil havia compelido a decretação do curso forçado de suas notas, recuperando o monopólio perdido em 1857, e induzido o governo a aprovar às pressas a lei hipotecária, também em setembro de 1864, da qual seria o principal beneficiado. Em outras palavras, estava capitaneando a política financeira de um governo que cedeu em tudo, porque não poderia pôr em risco a estabilidade econômica do Império, especialmente naquela hora de queda no preço internacional do café. Em tão somente um mês, a emissão do Banco do Brasil dobrou de tamanho. Pouco depois, com a incidência das emissões necessárias à guerra contra o Paraguai, o Banco do Brasil deteria mais de 70% do meio circulante em papel-moeda no país.<sup>312</sup>

Enquanto isso, e em franca contradição com as posições pretéritas de Saraiva, Furtado expediu instruções para que as tropas imperiais ocupassem as cidades ribeirinhas do rio Uruguai. Escoltou-as a força naval de Tamandaré, um almirante de inclinações liberais que ocupou o vácuo deixado por Saraiva. No tempo de algumas semanas, as colunas de José Luís Mena Barreto, Manuel Luís Osório e Antônio de

Sousa Neto encontram-se em Paissandu, onde Tamandaré as aguardava para deflagrar a metralha que fosse necessária à derrota dos *blancos*. Naquele momento, Aguirre já havia rompido com o Brasil, e Solano López, aprisionado o vapor imperial *Marquês de Olinda*, que trazia a bordo o novo presidente do Mato Grosso. Era o começo da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

## A MARCHA PARA A GUERRA

Pouco antes de falecer, em setembro de 1862, Carlos Antonio López havia dado instruções a seu filho e sucessor para evitar qualquer ofensiva contra o Império. O Paraguai, teria dito a Francisco Solano López, “tem muitas questões pendentes, mas não busque resolvê-las pela espada, mas sim pela caneta, principalmente com o Brasil”. Temoroso das intenções supostamente belicistas do Rio de Janeiro, havia reorganizado suas Forças Armadas, reordenado o orçamento da pasta da Guerra e iniciado uma mobilização militar interna para a convocação de todos os cidadãos paraguaios entre 17 e 40 anos. Receava-se que a teimosia imperial quanto à livre navegação no rio Paraguai fosse apenas uma desculpa para desferir um ataque a partir de um Mato Grosso reerguido como base militar e, sobretudo, que a eventual perda do quadrilátero territorial entre os rios Branco e Apa, uma antiga reivindicação brasileira, resultasse em prejuízos comerciais. Era nessa região que se concentrava boa parte da produção de erva-mate local. Caso confirmado, o pleito brasileiro atrasaria a importação de maquinário militar no Paraguai, especialmente quando o preço da erva-mate se encontrava deprimido em razão de uma oferta então abundante.<sup>313</sup>

No Império, a posição cautelosa coube a José Maria da Silva Paranhos, que mais tarde obteria por mérito diplomático o título de visconde do Rio Branco. Embora soubesse da movimentação militar em Assunção, afligia-o principalmente a eventualidade de uma correlação

de forças platinas contrárias ao Brasil. Numa azeda troca de farpas com o liberal Tavares Bastos na Câmara de Deputados, Paranhos recordou os êxitos da diplomacia imperial na década de 1850 e pediu calma:

A diplomacia brasileira foi quem abriu o caminho às tropas aliadas; foi ela quem venceu muitas antipatias, muitas prevenções e muitas contrariedades da parte de outras nações, já no rio da Prata, já em Londres, já em Paris [...]. O Paraguai não pode provocar uma guerra conosco, não está isto em seus interesses, não pode desconhecer a desigualdade de recursos que há entre um e outro país. [No entanto], quando se trata de uma nação fraca, não queiramos só resolver as questões à valentona, porque pode haver também uma nação forte que nos queira aplicar a pena do talião. É necessário que sejamos moderados, prudentes e justos para com todos.<sup>314</sup>

Formado na melhor escola diplomática conservadora do visconde do Uruguai e do marquês de Paraná, Paranhos tinha em Buenos Aires seu principal fator de incerteza. Não era o Paraguai dos López ou a aversão ao Império no Uruguai o que lhe dava desassossego, visto que eram duas nações julgadas fracas, mas a posição de Bartolomé Mitre na nova disposição de alianças regionais.

Do lado oriental do rio da Prata, Bernardo Berro parecia ter a silhueta de Manuel Oribe, porém era outra a vocação do novo mandatário. Fusionista da ala *blanca*, Berro, que não havia participado da *hecatombe de Quinteros*, buscou pacificar o Uruguai com profundas reformas políticas, econômicas e sociais. Compelido pelo espectro de um retorno à guerra civil, promoveu em primeiro lugar a anistia geral e buscou sanear o sistema eleitoral mediante a imposição do voto secreto para as eleições municipais. Em seguida, impulsionou as plantações de milho e trigo com a distribuição gratuita de terras públicas no Norte do país. Recuperou a produção bovina, lanífera e algodoeira com incentivos a técnicas de conservação refrigerada da carne e, sobretudo, graças à alta demanda europeia durante a guerra civil norte-americana. Era exigência das forças produtivas que lhe da-

vam lastro. Do ponto de vista socioeconômico, tratava-se de adensar a mão de obra local especialmente na fronteira Norte, num esforço de povoamento que foi estimulado pela adoção de um salário mínimo rural — uma medida inédita em perspectiva comparada sul-americana. Também como maneira de aprofundar o desenvolvimento econômico do país, implementou o sistema métrico decimal quando o Império ainda patinava na homogeneização das regras de pesos e medidas e criou a moeda nacional, paradoxalmente com o amparo financeiro de Mauá. Em pouco tempo, Berro e os *blancos* no poder lograram reduzir a dívida pública, encorajar as exportações e atrair o investimento britânico.

Erguia-se então um Uruguai muito diferente do Paraguai dos López, donos de praticamente todo o território nacional e também dos fluxos comerciais. Sem embargo, os dois países tinham seu ponto de contato num nacionalismo agressivo e marcadamente antibrasileiro. A dinamização da economia uruguaia, embora Paranhos não visse nela, pelo menos diretamente, sequer a sombra de uma ameaça, realizou-se em detrimento dos interesses imperiais na região. Berro não renovou os tratados de 1851. Em decorrência, tributou o gado que os gaúchos criavam no país e exportavam para o Brasil, tomou severas medidas contra o emprego de escravos nas fazendas dos brasileiros — o que, ao baratear a produção de charque, prejudicava os produtores orientais — e fechou o livre trânsito imperial no rio Uruguai. Tamanha era a repulsa ao Império, agora quase autorizada em Montevideú, que dispararam os casos de gaúchos encontrados despidos e decapitados, com apenas o documento de nacionalidade prensado entre os dentes.<sup>315</sup>

Solano López encontrou em Montevideú um balão de oxigênio para a coação geográfica que pesava sobre seu país. Dependente do rio da Prata para viabilizar seu crescimento econômico, Assunção rapidamente aproximou-se de Montevideú. O porto uruguaio oferecia uma variante comercial mais vantajosa em termos tributários do que Buenos Aires. Também Entre Ríos e Corrientes tinham melhor

estima pelos montevidéanos, não apenas em razão da recente derrota para os portenhos em Pavón, mas igualmente porque Montevideu dava-lhes melhor trânsito comercial. Em março de 1863, pois, Berro enviou uma missão diplomática a Assunção para selar uma aliança de apoio militar recíproco e de expansão comercial garantida pela livre navegação fluvial. Ao mesmo tempo, López acolheu uma missão despachada por Urquiza, cujo intuito era estabelecer uma aliança tripartite ofensiva e defensiva constituída pelas dissidências argentinas, os *blancos* uruguaiois e as forças paraguaiaias.

Contrariando os temores de Paranhos, os interesses imperiais no Prata, embora hostilizados pelo redesenho na coligação de forças regionais, coincidiram com as intenções argentinas. O que era historicamente improvável tornou-se estranhamente insuspeito quando Mitre apoiou as tropas do partido *colorado*. Em abril de 1863, Venâncio Flores orquestrou uma invasão ao Uruguai a partir de Buenos Aires. Chamou-a de cruzada libertadora. Contando com o consentimento de Mitre e os mosquetões portenhos, o líder *colorado* ordenou uma série de ataques desorganizados, porém típicos do quixotismo caudilhistas e gaúcho no Prata: “*Muchachos*”, teria dito Flores, “tirem os ponchos, que no outro mundo não faz frio”. Berro respondeu com a apreensão de um vapor argentino que trazia armamento para as tropas *coloradas*, e a saída momentânea para o que se tornava um novo conflito civil resvalou num frágil acordo de paz. Montevideu pediu a arbitragem de López, e Buenos Aires, irrequieta com as movimentações de Urquiza, recomendou a de d. Pedro II.

Diante do impasse, Berro acelerou a aproximação com López, que oscilou momentaneamente entre a prudência e a ansiedade. Em Montevideu, não obstante, enterrou-se a habitual diplomacia pendular uruguaia — que, a depender da conjuntura, ora se vinculava à Argentina, ora ao Império —, negou-se a mediação de d. Pedro II e, no início de 1864, rompeu-se com Buenos Aires. O sucessor de Berro, o também *blanco* Atanásio Aguirre, não alterou a condução dos rumos diplomáticos, e os gaúchos pediram pressa à Corte. Em junho,

Saraiva reuniu-se com Flores, Elizalde e Thornton na Conferência de Puntas del Rosário, para a qual foi convidada a delegação de Aguirre.

Multifacetado, o encontro expôs todas as contradições do momento. Saraiva queria a concertação com Elizalde para evitar desavenças eventuais com Buenos Aires. Também desejava a paz — o que interessava a um Mauá preocupado com as consequências financeiras de uma catastrófica guerra civil —, mas Saraiva, em sentido oposto ao banqueiro, almejava-a de ascendência *colorada*. Elizalde compôs-se com Thornton para igualmente reclamar a pacificação. O argentino pretendia o desmanche de um governo de ambições portuárias concorrentes, pelo menos nas potencialidades, porque Montevideú parecia articular o comércio de Entre Ríos, Corrientes e Assunção. Em sentido conexo, interessava-o descosturar as alianças que Urquiza tecia, quiçá vingativamente. Thornton reconduziu, numa nova configuração de pactos, as disposições de falecido lorde Ponsonby, que ao mediar o término da Guerra Cisplatina havia sugerido, com a criação do Uruguai em 1828, a interposição de um *algodão entre dois cristais*. Por trás do véu de um Estado tampão, era o capital financeiro e comercial que aspirava à paz na região como garantia para a tranquilidade dos negócios: naquele momento, todos os países platinos hospedavam depósitos da *City* de Londres, dominantes em comparação a qualquer outro país.

Por sua parte, Aguirre pareceu inicialmente ceder às pretensões de Flores, que solicitou ampla participação nas nomeações, nos gastos militares e, especialmente, na composição ministerial do governo. Entretanto, à última hora o mandatário uruguaio recuou, temendo perder o apoio das lideranças *blancas* em Montevideú. Em agosto, Saraiva depositou o ultimato imperial, seguindo estritamente as diretrizes de Zacarias, que buscava no pulso firme diplomático-militar eventual respaldo a um governo já dilacerado. Pouco depois, Montevideú rompeu com o Rio de Janeiro, e Solano López, que já tinha ciência do ultimato de Saraiva, advertiu o Império sobre as consequências bélicas de uma invasão ao território uruguaio.

A guerra da segunda Tríplice Aliança, que rapidamente se faria contra o Paraguai, começou em outubro de 1864. Antes, portanto, da apreensão do vapor *Marquês de Olinda* ou da invasão de López ao Mato Grosso. O Rio de Janeiro viu nas advertências paraguaias apenas uma bravata, o que também foi o caso em Buenos Aires. Um dia antes da entrada das forças imperiais em território oriental, em 12 de outubro, Elizalde escreveu a Saraiva, corroborando o que Tamandaré pressupunha: “o Paraguai nada faz, não fará, nem pode fazer”. Praticamente um mês depois, Solano López encontrou no *Marquês de Olinda* um imperial calcanhar de aquiles. A embarcação pertencia à Companhia de Navegação por Vapor do Alto Paraguai, subsidiada pelo Brasil para assegurar o trânsito regular entre Montevidéu e Cuiabá, e trazia a bordo ninguém menos do que o recém-nomeado presidente do Mato Grosso. O coronel Frederico Carneiro de Campos deveria garantir a soberania do Império ali onde o flanco estava aberto. Morreria alguns anos depois, em 1867, preso na fortaleza paraguiaia de Humaitá. Antes disso, López rompeu com o Rio de Janeiro e ordenou o começo das operações militares contra o Mato Grosso em dezembro de 1864. O passo seguinte seria invadir o Rio Grande do Sul, para livrar o Uruguai do jugo colorado e brasileiro.<sup>316</sup>

Ao mesmo tempo, as forças de Tamandaré e de Flores, que se empenhava em vingar a *hecatombe de Quinteros*, iniciaram o cerco a Paissandu. Atento às demandas do momento, Paranhos mudou então de posição. Ao nomeá-lo em missão para pacificar o Uruguai, o que no fundo significava derrotar os *blancos* e concentrar esforços contra Assunção, o gabinete Furtado esperava não apenas intensificar o desvio da atenção interna para o Prata quando a crise econômica ainda atiçava os ânimos, mas também encontrar na ação de um conservador a intransigência dos diplomatas imperiais da primeira Tríplice Aliança. Paranhos já não era Saraiva, e foi instruído a formalizar uma aliança com Buenos Aires de modo a concertar mutuamente a tomada de Montevidéu. Furtado queria assim evitar que os portenhos bruscamente desconfiassem do Império. Apesar dos votos de vitória

ao Rio de Janeiro, Mitre recusou o movimento conjunto. Urquiza havia sinalizado alguma aproximação com o Brasil quando vendeu 30 mil cavalos a Osório nas imediações de Paissandu, porém Buenos Aires não converteu o interesse comercial entrerriano numa garantia de neutralidade.

O ano-novo de 1865 trouxe ao Império um súbito entusiasmo pela guerra. Impulsionada pela quimera da nacionalidade, que entrega às bandeiras o sangue palpável de uma comunidade imaginada, a população brasileira correu aos quartéis. À diferença dos conflitos anteriores, que arregimentaram mercenários, agora eram pernambucanos, baianos, fluminenses, paulistas e gaúchos que se congregatearam pela defesa da pátria ultrajada. A década de 1840 e especialmente a de 1850 haviam feito a nacionalidade com base na língua universalizada, no território mantido incólume, na história artificialmente contada e na etnicidade miscigenada, ainda que as lideranças imperiais preferissem depurá-la das raízes africanas. Malgrado a violência das hierarquias e desigualdades, deu-se assim o tom para que a maior parte da população livre se sentisse parte de uma nação todos os dias plebiscitada — ainda que, como em todas as eleições imperiais, o grosso dos brasileiros permanecesse fora do sufrágio simbólico.<sup>317</sup>

Se fosse realmente uma votação, a vitória do pavilhão nacional teria sido acachapante e também teria tido sua razão de ser nas promessas do decreto de 7 de janeiro de 1865, que criou os corpos de Voluntários da Pátria. Havia-se anunciado uma rápida paz e, principalmente, gratificações, pensões, empregos públicos em regime preferencial e terras igualmente públicas em colônias militares ou agrícolas. Embora módicas, as promessas estimularam o alistamento dos estratos populares, que encontraram nas armas a expectativa de um regresso a uma existência material mais confortável.<sup>318</sup>

Entrementes, Aguirre sentiu os efeitos da crise de 1864 e forçou a multiplicação monetária por intermédio do Banco Mauá, apesar de sua aversão ao Brasil. Como no Rio de Janeiro, a população correu aos bancos para pedir a conversão de suas notas em metal, e o pre-



sidente uruguaio, numa ação claramente diversionista, promoveu reiterados atentados contra a bandeira imperial e queimou em praça pública aos tratados de 1851. Mas não só. Também despachou uma missão diplomática à Europa para obter apoio a sua causa. Falava em garantir a independência do Uruguai e a estabilidade do governo legal. Sem sucesso, foi o plenipotenciário italiano que mediou com Paranhos e a anuência de Mitre, em 20 de fevereiro de 1865, o protocolo de Paz de *Villa Unión*. Num piparote Montevideu passou a mãos *coloradas*, e o Uruguai à condição de aliado do Império contra o Paraguai.

O esforço diplomático de Paranhos redundou numa rápida capitulação de Aguirre sem que sequer um tiro fosse disparado na capital uruguaia, e o êxito pareceu-lhe total. O bombardeio à cidade teria causado as mortes que sua diplomacia poupou, além de estimular uma reação popular anti-imperial quiçá em todo o Uruguai. Paranhos também compreendeu que um ataque fulminante poderia gerar suspeita no Congresso argentino, em que pesem as boas predisposições de Mitre. Fiel conservador, sempre manteve a sobriedade dos descrentes em relação a Buenos Aires, de onde jamais viriam bons ventos. Como se fosse pouco, Flores aceitou todas as condições do ultimato de agosto, pôs em vigência os tratados de 1851 e deu ao Império uma fundamental base de apoio contra o Paraguai.

Quando as notícias do suposto êxito imperial chegaram ao Rio de Janeiro em março de 1865, o gabinete Furtado pediu a demissão e o imediato retorno do Paranhos. Compreendeu-se que o diplomata não havia reparado as ofensas de Aguirre e que não teria habilidade política para acompanhar as ações contra López. Atribuindo-se uma presumida melhor ciência sobre os destinos nacionais, a espada arrogante de Tamandaré pediu a cabeça de Paranhos: “só um militar pode saber o que significa um insulto à bandeira”, teria comunicado ao gabinete. Paranhos procurou então um oficial da altura de Caxias, que também o acompanhava no partido conservador. Molestado em seu credo liberal, Tamandaré respondeu pondo seu cargo à disposi-

ção. Furtado reagiu, porque temeu os ânimos populares. Estimulada pela imprensa, a Corte rapidamente se exaltou contra Paranhos. Foi então que o gabinete preferiu a caserna e, embora colhendo-lhe os frutos, preteriu a diplomacia.<sup>319</sup>

Na versão do historiador Germán Tjarks, as afinidades liberais entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, especialmente num contexto de claro antiliberalismo *blanco* ou lopista, teriam acomodado a aliança formalizada em 1º de maio de 1865. Sem negá-las em sua análise sobre *a tempestade no Prata*, Francisco Doratioto presta especial atenção aos interesses materiais que se compuseram interna e externamente num contexto, pelo menos para a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, de decisiva constituição dos Estados nacionais. Embora já estivesse então formado, o Império de governo liberal naquela hora não deixou de expressar na improvável aliança com a Argentina seus interesses de longo prazo. Não foi só ideologia o que levou Furtado, apesar das suspeitas, a insistir na celebração de um tratado de aliança com Buenos Aires. Tratava-se de garantir a preservação da autoridade soberana do Estado, no caso de Mitre, também contra forças internas desagregadoras.<sup>320</sup>

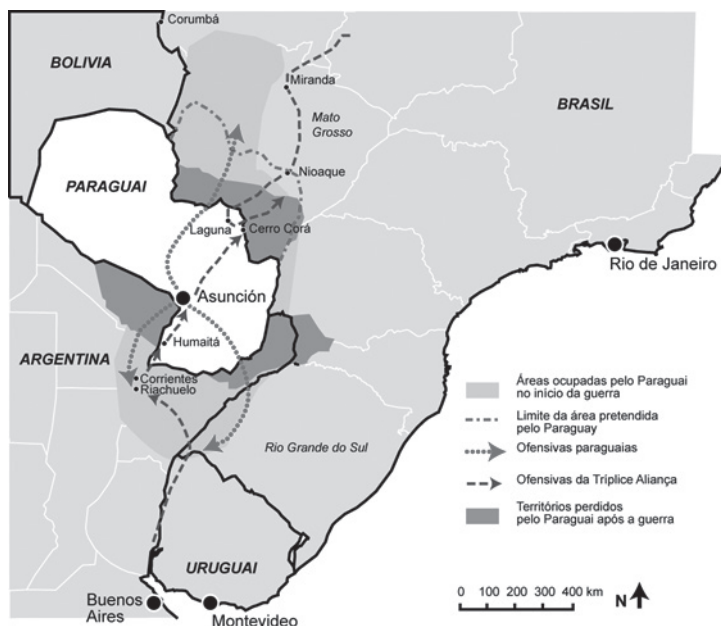
Não por acaso, Buenos Aires apenas formalizou a aliança com o Rio de Janeiro quando López, à procura dos gaúchos, cometeu o erro de invadir Corrientes em meados de abril de 1865. A sombra de Pavón nublou então a mente de Mitre, que havia negado o trânsito paraguaio pelo Norte da Argentina, em imensa medida porque poderia reativar as dissidências antiportenhas. Em poucos dias, assinou-se o Tratado da Tríplice Aliança, e Mitre, tão entusiasmado quanto um Voluntário da Pátria, vaticinou o que se revelou um outro equívoco: “em 24 horas”, bradou à população argentina, “estaremos nos quartéis, em 15 dias no campo de batalha e em três meses em Assunção”.<sup>321</sup>

Os aliados somente conseguiriam derrotar o Paraguai em 1º de março de 1870, porém a perspectiva de uma rápida vitória em maio de 1865 levou-os imediatamente a deliberar sobre o futuro do derrotado. Mantido secreto, o Tratado da Tríplice Aliança garantia a independência do Paraguai, o que foi uma exigência inegociável do

Império na ocasião representado pelo liberal Francisco Otaviano, que substituiu Paranhos. A paz não poderia ser assinada em separado e previram-se reparações a todos os aliados, incluído o Uruguai, que teve participação secundária nas negociações e no conflito. Elizalde, por sua vez, não se incomodou com as reivindicações territoriais brasileiras. Aceitou que o quadrilátero entre os rios Branco e Apa ficasse em posse imperial, mas pediu em troca a soberania argentina sobre Misiones, na margem esquerda do rio Paraná, e sobretudo o Chaco Boreal, na direita do rio Paraguai, até Bahia Negra, na divisa com o Mato Grosso.

Num tempo em que a comunicação entre o estuário do rio da Prata e a baía de Guanabara demorava praticamente duas semanas,

Mapa dos territórios disputados e das ofensivas militares durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai



Fonte: THÉRY, Hervé; VELUT, Sébastien. Élisée Reclus e a Guerra do Paraguai. *Terra Brasilis (Nova Série)*, n. 7, 2016.

Otaviano cedeu aos pleitos portenhos sem poder aguardar, dada a urgência do momento, as instruções do Rio de Janeiro. Quando o teor do Tratado chegou ao Império, ocorreu o que caracterizou todo o conflito — pelo menos na Corte. Os conservadores, mobilizados no Conselho de Estado nas figuras de Pimenta Bueno e do visconde do Uruguai, rejeitaram um acordo que levaria a Argentina a cercar o Paraguai pelo Sul e pelo Oeste. Inclusive antes das deliberações na Seção de Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado, os ligeiros não se entenderam sobre os rumos diplomático-militares do gabinete, que estava com os dias contados. Furtado caiu em 12 de maio de 1865, quando a guerra apenas começava. Daí em diante as disputas partidárias na Corte tão somente se intensificaram, também devido a uma agenda que causaria grave celeuma: a liberdade dos cativos.

## OS CAMINHOS DA EMANCIPAÇÃO

Transcorrido um ano e meio de combate, as forças aliadas sofreram duro revés na batalha de Curupaiti, em setembro de 1866. O momento em nada lembrava a reação argentina em Corrientes ou a implacável derrota de López na batalha do Riachuelo, praticamente um ano antes. Tampouco recordava os sucessos no Rio Grande do Sul, para onde d. Pedro II, autoproclamado Primeiro Voluntário da Pátria, se deslocara em julho de 1865. Desde o início de 1866, os aliados haviam embarcado numa guerra de posições já em território paraguaio, que mal conheciam. Morosa e recorrentemente padecendo de graves enfermidades nas trincheiras e nos pântanos paraguaios, a tropa claudicou em Curupaiti, onde as forças de López, ainda que em menor número, repeliram o avanço aliado. O Império encontrou-se então em dificuldades internas e externas. Os governos da Bolívia, do Chile e do Peru, já descontentes com o Rio de Janeiro em razão da neutralidade declarada no conflito que os opôs à Espanha entre 1865 e 1866, propuseram mediar a paz dos aliados com o Paraguai. Especialmente

Mariano Prado, presidente do Peru, foi áspero em suas críticas a d. Pedro II, o que redundou numa momentânea ruptura de relações. Por sua parte, Mitre viu erguer-se no Norte da Argentina um punhado de rebeldes também contrários à luta contra Assunção, o que o obrigou a interiorizar suas tropas. Sem tampouco as já magras forças de Montevideu, que testemunhou novas tensões políticas, o Império ficou praticamente só em campanha quando o instante pedia o exato oposto.

Temendo o pior, d. Pedro II renunciou a uma postura externa secular, constituída numa contradição: ao passo que reivindicara constantemente a abertura dos rios platinos à navegação internacional, mantinha fechado o Amazonas. Em dezembro de 1866, de maneira a neutralizar a aversão sul-americana pelo conflito no Prata, o Império abriu o rio Amazonas e seus afluentes à navegação internacional, expondo assim um território pouco controlado. De forma praticamente concomitante, d. Pedro II decretou a liberdade dos escravos públicos que lutassem no Paraguai. Não era a primeira vez que o Império recorria ao cativo em momentos de exceção. Durante as guerras de independência, especialmente na Bahia, e a Guerra Cisplatina, o Brasil lançara mão de medidas semelhantes. No entanto, o cenário de 1866 era inteiramente distinto, não apenas porque, fruto de uma apatia pelo conflito, os quartéis haviam-se esvaziado.

O apelo ao escravo para a defesa de Império escravista sobrepôs-se a um cenário internacional de franco declínio do trabalho compulsório. Em 1861, o czar Alexandre II da Rússia havia decretado o fim da servidão. Até então aliados do Império no cativeiro, os Estados Unidos haviam definitivamente abolido a escravidão com o término da Guerra de Secessão em 1865. Em Cuba, após a definitiva supressão do tráfico em 1866, ganharam ímpeto as pressões abolicionistas não apenas como resultado da crise norte-americana, mas também como reflexo da chamada Revolução de 1868 e dos conflitos internos na ilha e em sua metrópole. Nesse contexto, as principais sociedades emancipacionistas europeias pressionaram o Império para que também endossasse a causa da abolição.



“Diálogo de negros mina. — Entonce, pae Zuaquim; vossuncê tem mêmô medo de reculatamento?; — Xi! Não fala n’esse não! Minha corpo está tremendo tudo!...; — Medroso! Pois eu está querendo que seu moço urbano mi agarre; — Padre, fio e escripto santo! Cala boca, Zunzé!; — Está enganado. Quero vortá lá do sú feito generá, com um penacho bem grande ni cabeça como sinhô velho Camamú, para vê tuda as criolinha de olhinho terno para mim.” A julgar pela idade, os personagens africanos teriam chegado ao Brasil já após a lei de 1831, tendo sido, portanto, ilegalmente escravizados.

*A Vida Fluminense*, 11 jan. 1868.

O contrassenso em perspectiva global desdobrou-se então num ajuste de contas do Estado nacional com suas próprias contradições, mais por via endógena do que exógena, em larga medida porque o isolamento imperial com relação ao espírito do tempo era de ordem moral e civilizatória, e não econômica. As correntes de comércio e os fluxos financeiros com a Europa e os Estados Unidos não se alteraram sequer de um palmo durante a guerra contra o Paraguai; pelo contrário, tenderam a ampliar-se. Sinal de um século em que a escravidão apresentava-se apenas superficialmente como negação da ordem capitalista — visto que, no fundo, a robustecia pela via do comércio de bens primários —, nem o *State Department* norte-americano nem o *Foreign Office* britânico opuseram-se à persistência do cativeiro no Brasil. Havia razões para tanto: entre as décadas de 1860 e de 1880, o café brasileiro, majoritariamente produzido por escravos, era a terceira maior mercadoria primária, em valor, comercializada internacionalmente por via marítima. Em segundo plano apenas em

relação aos grãos e ao açúcar, o café superava a carne, a madeira, o ferro e o algodão.<sup>322</sup>

Foi, pois, com direção situacionista e oposicionista de diplomatas, deputados, senadores, conselheiros de Estado e da própria Coroa que a escravidão, contestada a ferro e fogo pelos próprios escravos, cambaleou em escala nacional. Instigado por uns e tolhido por outros, o avanço da emancipação foi cautelosamente regulado nos salões imperiais, resultando numa fragmentação da classe dirigente que se acelerou não como efeito direto da pressão pública internacional, porém pela internalização do esgotamento global da mão de obra cativa, sobretudo após o conflito civil norte-americano. Enquanto os liberais, já fragmentados desde 1862, cindiram-se novamente em duas tendências — a reformista e a radical — que tinham no gradualismo emancipatório e no imediatismo abolicionista sua principal diferença, o partido conservador implodiu em outros dois retalhos, o ortodoxo e o heterodoxo, cujas dessemelhanças assentaram-se sobretudo no emperramento escravista de uns e na tolerância emancipacionista de outros.

## As pressões internacionais

Foram premonitórios os ofícios que Miguel Maria Lisboa despachou ao Rio de Janeiro como chefe de legação imperial em Washington à época da Guerra de Secessão. Num ritmo epistolar pouco usual para a época, afirmava com alguma esperança que somente a rápida pacificação dos Estados Unidos garantiria a manutenção do regime escravocrata no Brasil. Em janeiro de 1863, quando Abraham Lincoln editou o ato de emancipação, Lisboa mudou drasticamente sua prosa e deu em tom de alarme maus presságios sobre o futuro da escravidão no Império.

No Brasil [...] deve a proclamação de Lincoln produzir a má vontade que naturalmente sente o homem que vê séria, ainda que indiretamen-



te, ameaçado o repouso de seu país e a segurança de seu lar doméstico [...]. A separação amigável dos Estados Unidos, caso se conseguisse [...] nos dará ao menos tempo para adotar as medidas de polícia e de contemporização com o espírito do século que nossos interesses e nossa segurança exigem. A abolição abrupta que está inaugurada pela proclamação de Lincoln, se por desgraça se realizar [...], nos deixará sem mais aliados naturais na América do que as ilhas espanholas de Cuba e de Porto Rico, expostos a sentir todo o peso da pressão abolicionista da Europa e dos Estados Unidos, que obrará sem mais limites que os precários que lhe imporão os sentimentos de humanidade e o interesse comercial e industrial.<sup>323</sup>

Entre digressão e outra — nas quais se afirmava que Lincoln estaria promovendo campanha para a colonização da Amazônia com libertos estadunidenses —, o que realmente preocupava Lisboa dizia respeito, por um lado, ao isolamento do Império caso a Guerra de Secessão tivesse, como teve, desfecho favorável aos abolicionistas e, por outro, à repercussão doméstica de uma possível abolição nos Estados Unidos.

Segundo o plenipotenciário do partido conservador, o Império deveria conter quaisquer influências abolicionistas — radicais em seu imediatismo — caso quisesse livrar-se de um potencial conflito civil. Para tanto não haveria melhor remédio do que dirigir o processo mediante um emancipacionismo muito gradual. Tão cedo quanto em agosto de 1864, Lisboa redigiu de seu próprio punho um projeto de lei para alforriar o ventre cativo. Pela proposta, todo filho de escrava que nascesse depois de 31 de dezembro de 1869 seria livre, mas somente após completar 15 anos, devendo até lá trabalhar para o senhor de sua mãe. Era essa a *medida de contemporização com o espírito do século*. Pelo lado das *medidas de polícia*, o projeto previa forçosa regulamentação para disciplinar as relações entre senhores e emancipados durante o período de tutela, “a fim de evitar abusos de autoridade, de prover as necessidades da agricultura e de reprimir a



ociosidade”. A libertação no Haiti, concluía Lisboa, havia resultado em queda de 3/4 na produção agrícola e em severa convulsão social — o que o Império deveria evitar a qualquer custo.<sup>324</sup>

Era fundamentado, porém, o temor de Lisboa? À primeira vista — e tão somente à primeira vista — não. Quando Miguel Maria Lisboa chegara a Washington nos últimos meses de 1859, a escravidão era o tema principal da campanha política para as eleições de 1860. Impulsionado por um vigoroso movimento abolicionista, o partido republicano estava prestes a lançar o nome de Lincoln, que sem surpresas falava em conter a expansão da escravatura — ainda que admitisse sua continuidade provisória onde já existisse, devido aos limites do poder federal. Por sua vez, os democratas sulistas, escravocratas, apoiavam o nome de John C. Breckinridge. Havia também os democratas nortistas de Stephen A. Douglas, para quem a escravidão era uma questão local, e não nacional: cada Estado deveria decidir eleitoralmente o futuro de seu regime de mão de obra. Por último, o partido da união constitucional promovia John Bell, conclamando pela manutenção do *status quo* como maneira de evitar a fratura dos Estados Unidos. Dadas as refundações conservadoras do Império desde o regresso de 1837 e as consolidações de 1850, cenário eleitoral com tamanhas divisões era impensável no Brasil.<sup>325</sup>

Em suma, não havia no Brasil oposição entre modelos políticos e econômicos tal como ocorria nos Estados Unidos, onde a cisão era oriunda de estruturas sociais, projetos político-econômicos e padrões de inserção internacional expressivamente diferentes. Inexistia a divisão entre um Norte mais industrializado, mais urbanizado, abolicionista e protecionista, e um Sul escravocrata, rural, agroexportador e favorável ao livre-comércio. As configurações sociais de ambos os países também eram diferentes. Enquanto nos Estados Unidos havia forte aglutinação espacial de cativos no Sul — notadamente no Alabama, na Carolina do Sul, no Mississippi e na porção boreal da Virgínia —, no Brasil a escravidão ainda estava disseminada por todas as

províncias, embora houvesse desde o fim do tráfico internacional de escravos tendência à concentração no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Minas Gerais e na Bahia. A difusão territorial da escravidão no Império, a não coincidência entre o cativo e a cor da pele e o que poderia ser uma infausta democratização nacional da propriedade humana haviam ampliado as solidariedades escravistas, o que redobrava o poder de resistência dos escravocratas brasileiros.

Quanto aos efeitos do isolamento internacional, tampouco havia o que temer, pelo menos comercial e financeiramente. Embora em termos civilizatórios a escravidão nos Estados Unidos fosse escudo contra as pressões abolicionistas internacionais, a proclamação de Lincoln não redundou no isolamento econômico do Império. Assim como o primeiro-ministro Palmerston, em Londres, não pressionou os Estados sulistas pelo fim da escravidão, tampouco o fez em relação ao Império do Brasil. Nem o fizeram seus sucessores liberais, Russell e Gladstone, ou os conservadores, Derby, Disraeli e Salisbury. A Grã-Bretanha não sustou sua expansão comercial no Brasil, nem bloqueou o comércio brasileiro ao longo da segunda metade do século XIX. Em 1855, o Império vendia em torno de 30% do valor total de suas exportações para a Grã-Bretanha, e em 1870 alcançou quase 40%. Visto de outra perspectiva, o Brasil era o terceiro maior parceiro comercial da Grã-Bretanha — descontado o império ultramarino britânico —, atrás somente dos Estados Unidos e da futura Alemanha.<sup>326</sup>

Pelo lado financeiro, o investimento britânico no Brasil praticamente triplicou entre as décadas de 1860 e de 1870, quando então o Império tornou-se o primeiro destino dos capitais britânicos para a América Latina. A própria guerra contra o Paraguai, mesmo majoritariamente financiada pela dívida interna, pela emissão de papel-moeda e pelo Tesouro Imperial, contou com apoio de banqueiros britânicos. Londres, portanto, não tolheu economicamente o Brasil na década de 1860, apesar da vitória de Lincoln e, de forma mais reveladora, da ruptura momentânea das relações diplomáticas entre o Brasil e a Grã-Bretanha entre 1863 e 1865.

No final da década de 1850, atracou no Rio de Janeiro o diplomata britânico William Douglas Christie. Ano e pouco após a apresentação de credenciais a d. Pedro II, Christie envolveu-se num conjunto de desentendimentos com o Império. Em 1861, o navio britânico *Prince of Wales* teve sua carga roubada ao encalhar nas proximidades do Rio Grande do Sul. O plenipotenciário britânico pediu imediata indenização ao imperador, que a negou. Um segundo incidente ocorrido em 1862 acirrou as paixões. Embriagados, dois marinheiros britânicos foram detidos pela polícia local. Christie exigiu a aplicação dos caducos direitos extraterritoriais, recebeu nova negativa imperial e, em retaliação, ordenou o bloqueio naval do Rio de Janeiro.

A questão das indenizações foi levada à arbitragem do rei Leopoldo I da Bélgica, e d. Pedro II exigiu, além do pedido formal de desculpas, indenização pelos navios apreendidos na baía de Guanabara. O governo de Palmerston recusou, e d. Pedro II rompeu relações com a Grã-Bretanha, buscando quitar antecipadamente as dívidas que o arbitramento de Leopoldo I, acreditou equivocadamente, lhe obrigaria a pagar. Em meio à agitação popular antibritânica, o imperador afirmava que a Questão Christie dizia mais respeito a uma afronta à soberania nacional do que a uma questão pecuniária.

Para além das tensões consulares, Christie também havia vociferado pela adoção de medidas abolicionistas no Brasil. Dizia-se disposto a usar a força. Do ponto de vista pessoal, o bloqueio ao porto do Rio de Janeiro guardou relação com o abolicionismo do plenipotenciário britânico, mas não era uma ordem vinda de Londres. Quando o Rio de Janeiro rompeu com Londres, o *Foreign Office* ergueu-se em polvorosa contra Christie. Briguento para a imprensa britânica, porque também se desentendera com o plenipotenciário norte-americano, Christie foi rapidamente acusado pelos riscos que causava aos interesses britânicos no Brasil. A mando do ministério em Londres, lorde Russell repreendeu Christie, que não obstante julgou se tratar apenas de uma bravata brasileira. Para ele, quem estava em situação de dependência era o Brasil, e não a Grã-Bretanha, especialmente

num momento em que o Império pedia empréstimos para estender a Estrada de Ferro D. Pedro II e encomendava belonaves para um possível conflito contra o Paraguai.

O plenipotenciário censurado não convenceu. No *Foreign Office* circulavam informações sobre possíveis retaliações brasileiras. O imperador teria recomendado também cortar laços econômicos com Londres — o que seria, em verdade, impraticável — e estaria trocando cartas com Napoleão III para tomar empréstimos franceses de maneira a suportar a ruptura com a Grã-Bretanha. Era uma estratégia análoga à adotada pouco antes pelos Estados secessionistas na América do Norte. Embora admitisse o direito de beligerância, Londres não havia reconhecido formalmente a nova nação escravocrata. Frustrados, os secessionistas buscaram a partir de 1862 aproximar-se do imperador francês, possível concorrente da influência econômica britânica nos estados agora desunidos. Seja como for, Christie foi imediatamente repatriado, o *Foreign Office* abriu uma sindicância contra ele, e Thornton, que estava em missão na Argentina, recebeu explícitas instruções para reestabelecer o diálogo com o Rio de Janeiro.<sup>327</sup>

Em setembro de 1865, Thornton foi efetivamente entreter-se com d. Pedro II em Uruguaiana, onde lhe transmitiu as instruções do *Foreign Office*: “não é o desejo do governo de Sua Majestade [a Rainha Vitória] que entrassem no reatamento das relações diplomáticas com o Brasil quaisquer assuntos da antiga controvérsia relacionados à questão servil”. Thornton, todavia, aconselhou ao imperador levar adiante medidas emancipacionistas. A imagem do Brasil desgastava-se na Europa. D. Pedro II ponderou que não se esquivaria do assunto, embora não fosse aquele momento oportuno para tanto. Era necessário evitar qualquer agitação que pudesse dividir o país, sobretudo porque a guerra contra o Paraguai acabara de estourar. Nos últimos dias de setembro, Thornton transmitiu ao imperador, após fracassada tentativa de mediação portuguesa, o consentimento britânico ao laudo arbitral belga, e as relações diplomáticas foram reatadas de

bom grado por d. Pedro II, que mandou tocar *God save the Queen* nos campos de Uruguaiana.<sup>328</sup>

Tampouco os Estados Unidos, após a derrota do Sul, pressionaram o Brasil no sentido da abolição. Os incidentes consulares que pautaram as relações do Império com Washington durante a década de 1860 não se traduziram em constrangimentos econômicos. Em 1861, espelhando a postura britânica, o Império editou circular que reconhecia aos Estados sulistas o direito de beligerância. Exportações de material bélico para ambas as partes do conflito ficavam proibidas, assim como o aprovisionamento de navios de guerra, que não poderiam permanecer por mais de 24 horas em portos nacionais salvo em caso de arribada forçada. A circular praticamente coincidiu com a chegada à Corte de James Watson Webb, um general de milícias do estado de Nova York que, na visão de Miguel Maria Lisboa, era abolicionista. O novo plenipotenciário não mediu esforços para que o Império apoiasse o governo de Washington e enviou repetidas cartas ao imperador, desmontando a ação diplomática de seu predecessor separatista e escravista. Para Webb, a guerra duraria tão somente até 1862 — e a União sairia vitoriosa contra os Confederados do Sul.<sup>329</sup>

As tensões ganharam nova amplitude em dezembro de 1866, quando a oferta do *State Department* para mediar o conflito contra López foi recusada pelo Império. Para agravar a já tensa situação, Webb exigiu indenizações referentes a supostas perdas sofridas por embarcações norte-americanas no Brasil. O gabinete imperial tergiversou, supondo acertadamente que se tratava de um ato discricionário de Webb, e não de instruções de Washington. Webb tomou então a dianteira e, em maio de 1869, rompeu relações com o Brasil. Novamente, o abolicionismo de Webb pode ter influenciado a decisão, mas não era aquela a posição oficial dos Estados Unidos. Quando a notícia alcançou o então secretário de Estado Hamilton Fish, Webb foi rapidamente substituído, evitando-se assim qualquer alteração no fluxo comercial entre o Brasil e os Estados Unidos, que compravam em torno de 30% das exportações brasileiras.<sup>330</sup>

Outra coisa foram as vozes abolicionistas não governamentais. Essas foram implacáveis ao pressionar o Império para que levasse à frente medidas ora emancipacionistas, ora abolicionistas. Ainda em julho de 1862, a *Société Savante* afirmou não haver dúvidas quanto às intenções emancipacionistas do imperador, cabendo agora que pensasse nas formas de alforriar. Pouco depois, em março de 1864, uma comitiva da *British and Foreign Anti-Slavery Society* também pediu que o Brasil não descuidasse da emancipação dos cativos. Imediatamente após a vitória de Lincoln, foi a vez da *Ladies Negro's Friend Society of Birmingham* engrossar o coro. A sociedade inglesa de mulheres abolicionistas solicitava a Nabuco de Araújo que convocasse mulheres brasileiras para aderir ao movimento antiescravista. “Assim como Lincoln”, diziam,

Acreditamos que se a escravidão não estiver errada, então nada é errado [...]. Não nos surpreende ouvir que os fazendeiros dos Estados do Sul dos Estados Unidos estejam impressionados com a quantidade de trabalho que aqueles lavradores que antes eram seus escravos agora fornecem sob o estímulo de salários [...]. Chegaram-nos notícias da Jamaica, segundo as quais os escravocratas cubanos que recentemente se refugiaram nessa ilha foram surpreendidos com a docilidade dos lavradores e com o trabalho que produzem quando bem remunerados.<sup>331</sup>

Em meados de 1866, as já crescentes pressões da sociedade civil euro-americana ganharam nova dimensão. Agora eram membros do Instituto da França, da Academia Francesa, da Sociedade de Artes do Louvre, redatores de famigerados periódicos como *Débats* e *Revue de Deux Monde*, juristas da Corte Penal de Paris, políticos e abolicionistas franceses, britânicos, espanhóis e estadunidenses que escreviam diretamente a d. Pedro II. “No momento em que os Estados Unidos libertam seus escravos após uma longa guerra”, afirmaram eles, “no qual a Espanha parece tomar a via da humanidade e da justiça, Pedro II deveria dar o exemplo e libertar seus escravos da Corte e trans-

formá-los em assalariados”. A carta havia sido carimbada pela Junta Francesa de Emancipação e assinada por ninguém menos do que François Guizot, primeiro-ministro durante o reinado de Luís Felipe (1830-48) e muito admirado pelos políticos brasileiros.<sup>332</sup>

Um ano depois, a mesma Junta — agora chamada de Confederação Abolicionista de Paris — voltaria a insistir, elencando explicitamente uma série de razões por trás das pressões abolicionistas. Pelo lado dos argumentos de caráter civilizatório, salientou-se o isolamento do Império, porque somente Espanha, Portugal, Turquia, Egito — entre “os povos civilizados”, dizia a nota — ainda eram países escravocratas. Também se afirmou que a escravidão produzia mortalidade entre os cativos, que não povoava e, por isso, não contribua para o esforço de colonização das terras. Dizia-se que os negros, na condição de escravizados, permaneceriam ignorantes e sujeitos à promiscuidade moral. Havia igualmente um substrato mercantil nas explicações. Sustentou-se que a escravidão era onerosa para os senhores, cujos lucros poderiam ser alocados em projetos mais industriais. Afirmou-se que a escravidão não gerava riqueza, porque a concentrava, impedindo a dinamização do mercado consumidor. Não sem mencionar os tolhimentos à imigração, concluía a nota que a escravidão era desestímulo ao crédito internacional, porquanto possíveis fugas ou revoltas significariam, em última instância, perda de investimentos estrangeiros.<sup>333</sup>

Se, para alguns, duas cartas eram muitas, para os abolicionistas eram poucas. A Confederação, reunida com suas homólogas na Conferência Internacional Antiescravista realizada em agosto de 1869 em Paris, mandou nova mensagem “ao povo brasileiro”. Enquanto houvesse escravidão, diziam, haveria permanente incitação ao ressurgimento do tráfico internacional de escravos. Ratificaram que o Império era em 1869 o último país cristão a possuir escravos, já que Espanha e Portugal homologavam, para suas colônias, suas respectivas medidas emancipacionistas e abolicionistas. Quaisquer que fossem as dificuldades que o Império encontrasse na marcha para a abolição,

afirmaram, não poderia d. Pedro II esquecer quão arriscada poderia ser a demora no processo.<sup>334</sup>

## As pressões domésticas

Talvez houvesse exagero nas palavras de Miguel Maria Lisboa quando ainda em Washington alertava para as pressões estatais da Europa e dos Estados Unidos, mas o diplomata não se enganou quanto às influências emancipacionistas e abolicionistas oriundas da Guerra da Secessão — ampliadas pelo cenário caribenho. No caso cubano, o cativo encontrava-se cada vez mais concentrado em seu ocidente açucareiro, o que diminuiu o apelo da escravidão no restante da ilha e em Porto Rico. Ainda, a situação colonial implicava maior fragilidade do poder açucarocrático, vulnerável que era aos caprichos da situação política metropolitana. A Guerra Civil nos Estados Unidos colocara a abolição na ordem do dia, e as tensões causadas por projetos autonomistas em Cuba e pela instabilidade hispânica após a Revolução de 1868 só faziam aumentar a incerteza. Nesse contexto, os conservadores perderam o controle do debate, e as propostas sobre a resolução da questão servil ganharam espaço. A eclosão de uma revolta independentista em Cuba oriental enfraqueceria ainda mais o escravismo hispânico. Os rebeldes declararam a abolição para garantir o apoio dos escravizados e libertos, que aderiam em massa à causa, numa poderosa mescla de nacionalismo e aparente antirracismo. Apesar da resistência na metrópole e dos senhores nas colônias, o governo espanhol aprovou em junho de 1870 a Lei Moret, que dava liberdade aos escravos nascidos desde a Revolução e aos maiores de 60 anos. A medida não pôs fim aos embates retóricos e armados em curso, porém chamou a atenção dos reformistas no Brasil, sempre interessados no que transcorria na parte setentrional do hemisfério americano.<sup>335</sup>

Assim, a agitação das vozes antiescravistas no Brasil, incluída a da Coroa, não pode ser separada do tempo da desunião norte-americana



e da crise cubana. Em 1862, o Senado aprovou um projeto de autoria de Silveira da Mota que proibia a comercialização de escravos em pregões públicos, vedava a separação dos cônjuges escravizados em todas as vendas, estabelecia um limite de idade para a separação de pais e filhos cativos, e concedia alforria a escravos inventariados que lograssem comprar sua própria liberdade. Em 1864, d. Pedro II deu liberdade aos chamados africanos livres, que haviam sido apreendidos pelo Estado após a primeira proibição do tráfico atlântico e mantidos sob responsabilidade pública. Deviam cumprir 14 anos de trabalho compulsório, embora a prática tenha extrapolado o prazo. Em 1865, um decreto imperial acabou com o uso do chicote nos escravos condenados a trabalhos forçados. Em 1866, o imperador alforriou os escravos públicos que combatessem no Paraguai. E em 1869, Pimenta Bueno, futuro marquês de São Vicente, estava à frente de um projeto de lei para alforriar o ventre cativo: uma questão que já havia sido discutida e aprovada no Conselho de Estado em 1867.

Eleito deputado para a legislatura de 1861 e atento ao conflito norte-americano, Tavares Bastos recomendava o estreitamento de relações com Washington e o distanciamento dos Estados Confederados, que teriam na escravidão o maior obstáculo à industrialização, entendida pelo autor como motor da prosperidade econômica. O primeiro passo que o Império deveria tomar com vistas à industrialização era o da emancipação gradual dos cativos, que sairiam das senzalas para as fábricas. Tavares Bastos não estava sozinho. Faziam-lhe eco deputados mineiros, gaúchos e sergipanos, aplaudindo as vitórias de Lincoln no que seria “uma luta gloriosa, porque é a da liberdade contra a escravidão, do progresso contra a barbárie”.<sup>336</sup>

Embora em posições radicalmente opostas, Miguel Maria Lisboa e Tavares Bastos entenderam, respectivamente, para incômodo e satisfação, que a guerra civil norte-americana anunciava mudanças na agenda escravista imperial. A abolição nos Estados Unidos geraria “aliados naturais [no Brasil], transformando a questão [...] externa em interna”.<sup>337</sup> Um correligionário não pouco importante era d. Pe-

dro II. Embora publicamente silencioso até 1867, o imperador preparava desde cedo uma reforma servil nos bastidores. Em janeiro de 1864, alertava ao então chefe de gabinete:

Os sucessos da União Americana exigem que pensemos no futuro da escravidão no Brasil, para que não nos suceda o mesmo a respeito do tráfico dos africanos. A medida que me tem parecido profícua é a liberdade dos filhos das escravas, que nascerem daqui a certo número de anos. Tenho refletido sobre o modo de executar a medida; porém, é de ordem das que cumpre realizar com firmeza, remediando os males que ela necessariamente originará, conforme as circunstâncias o permitirem.<sup>338</sup>

Conquanto o imperador soubesse que as rivalidades políticas brasileiras não eram as norte-americanas, compreendeu que a polarização poderia reproduzir-se no Império. Nos primeiros meses de 1865, encarregou ao conselheiro de Estado Pimenta Bueno a formulação de um projeto que desse liberdade ao ventre cativo. A escolha era estratégica, e sobre ela havia longamente refletido o imperador. Furtado poderia ser um bom nome, mas era liberal, e se a reforma emancipacionista viesse dos liberais, a polarização política se acirraria. Era também o problema de Silveira da Mota: liberal, tivera seu projeto de 1860 rejeitado pela Câmara, apesar da aprovação no Senado.<sup>339</sup>

Outras duas opções eram Zacarias e Nabuco de Araújo, homens da situação liberal, porém de formação conservadora. O primeiro não era de fácil lidar, e o segundo, embora infinitamente mais afável, havia-se revelado crítico demais da panela do consistório. Pimenta Bueno tinha 62 anos em 1865 e era gago. Liberal antes de 1848, afiliou-se ao partido conservador e, em 1857, publicou *Direito público brasileiro*, um manual que forneceu as bases do pensamento jurídico conservador. No início da década de 1860, embora ativo no Conselho de Estado e no Senado, não era mais o homem combativo das décadas

anteriores. Atrás dos óculos escondia-se uma figura mais técnica do que política e, sobretudo, comprometida com a agenda emancipacionista. Era o que dava jeito heterodoxo a seu conservadorismo.

Um projeto de lei que alforriasse o ventre das escravas, na visão de d. Pedro II, tinha de ser elaborado fora das instituições imperiais mais agitadas, como a Câmara de Deputados. O preço a se pagar por uma disputa legislativa, que inevitavelmente ocorreria, era alto demais em 1865. A guerra contra López apenas começava, e uma franca desunião interna resultaria em fracassos externos. O projeto, portanto, teria de ser feito nos bastidores por um homem de paixões brandas, um jurisconsulto, e sair do punho dos conservadores. Seria forma, supunha-se, de docilizar liberais e progressistas. Por sua parte, o imperador editaria decretos — logo, sem necessidade de passar pelo crivo legislativo — que preparassem o terreno para o ventre livre. Foi o que fez em 1864, em 1865 e em 1866.

Em janeiro de 1866, valendo-se do recesso legislativo e da calmaria da Corte, visto que como de hábito nos meses quentes esta havia migrado para Petrópolis, Pimenta Bueno remeteu ao imperador o projeto de reforma servil. Era um programa de emancipação que previa o nascimento livre — embora os homens tivessem que trabalhar como escravos até os 20 anos, e as mulheres, até os 16 — e a abolição definitiva em 31 de dezembro de 1899. Rapidamente, d. Pedro II encaminhou o projeto ao marquês de Olinda, que havia assumido novamente o gabinete com a esperança frustrada de apaziguar os ânimos após a demissão de Furtado. Quando a notícia correu, o restante do gabinete endossou-o, especialmente sob os auspícios entusiasmados de Nabuco de Araújo, então na pasta da Justiça. Olinda, contudo, opôs-se rapidamente a submetê-lo ao Legislativo, alegando que a ausência de tropas no Império, devido à guerra no Prata, comprometeria a paz interna no caso provável — segundo ele — de os senhores tomarem as armas. Não seria a Guarda Nacional, pelo resto também mobilizada contra o Paraguai, que se oporia aos proprietários de escravos, sendo ela em boa medida também escravocrata em sua alta hierarquia.

Estrategista, o imperador preferiu esperar o momento oportuno. Era o que o porta-voz da Casa Imperial, Martim Francisco Ribeiro de Andrade, respondeu à Junta Francesa de Emancipação naquele mesmo ano de 1866:

A solicitação foi acolhida com franca simpatia. A emancipação dos escravos, consequência necessária da abolição do tráfico, não é senão uma questão de forma e de oportunidade. Quando as circunstâncias penosas nas quais o país se encontra o permitirem, o governo brasileiro considerará como objeto de primeira importância a realização do que o espírito do cristianismo reivindica há muito do mundo civilizado.<sup>340</sup>

No fundo, o imperador respondia à Junta aquilo que deixara entender ao marquês de Olinda: o momento oportuno era o término da guerra contra o Paraguai, e qualquer tentativa de discutir o ventre livre ainda durante o conflito poderia constranger a tão necessária união entre partidos.

Foi nesse contexto que d. Pedro II decretou a liberdade dos escravos que lutassem no Paraguai. Não era somente uma questão de recrutamento, embora o liberto de guerra bem servisse nos campos de batalha. Antes, era uma forma de acelerar o passo da emancipação. Os escravos públicos não eram muitos, nem poderia o governo adquirir cativos em larga escala, fosse por constrangimento orçamentário ou por não haver, simplesmente, oferta suficiente para o fim. O imperador sabia, pois, não estar no militarmente inexperiente liberto de guerra, que ao fim não compôs mais do que 10% das forças imperiais, a chave para o êxito contra López.<sup>341</sup>

Apenas cinco meses após o decreto que armou ex-escravos para defenderem um país escravocrata, o imperador retomou o projeto de Pimenta Bueno e submeteu-o ao Conselho de Estado — que, assim como no caso da alforria de escravos públicos para o serviço da guerra, também recomendou o ventre livre. D. Pedro II formou então uma comissão composta por Nabuco de Araújo, Torres Homem e

Sousa Franco para desenvolver o projeto de Pimenta Bueno, que seria o supervisor das tarefas. O objetivo era agora preparar-se para o processo legislativo assim que as tropas, no Paraguai, tomassem Assunção. Um mês depois, em maio de 1867, d. Pedro II final e abertamente pedia aos deputados maiores cuidados com a emancipação durante a *Fala do Trono* na abertura da Assembleia Geral do Império.<sup>342</sup>

Sem surpresas, a oposição veio a galope. Um grupo de fazendeiros, que permaneceu anônimo, publicou na imprensa duras críticas ao imperador. Diziam que os valores da propriedade seriam corroídos meramente pela vontade régia e de um punhado de políticos inconsequentes. Assim como na defesa do contrabando, 30 anos antes, o tom era de ameaça, conforme se lia nas últimas linhas do artigo: “a Coroa não conhece o perigo que corre, pondo-se à frente da ideia, como apóstolo”. Pior, afirmavam que os escravos teriam pensamentos aventureiros. O próprio Edward Thornton havia alertado o *Foreign Office* sobre os riscos de distúrbios causados por cativos. Em 1867, era a vez do cônsul britânico no Pará informar que “o sentimento prevalente de que a emancipação dos escravos [...] não está muito distante tem tido efeito de impedir que os compradores coloquem qualquer capital importante num investimento tão inseguro”.<sup>343</sup>

A agência escrava não escapou aos homens e às mulheres daquele tempo. Ainda em 1853, a intelectual Nísia Floresta referiu-se ao então recém-publicado *best-seller* abolicionista *A cabana do pai Tomás* para criticar os “crimes cometidos pelas gerações presentes sobre a mísera raça africana”. Em seguida, imaginou o romance norte-americano em um cenário brasileiro, dispondo em primeiro plano um admirável e sofrido africano escravizado, Domingos. No final da década, Maria Firmina dos Reis, escritora negra e professora como Floresta, foi além e publicou *Úrsula*, em que personagens masculinos e femininos refletiam crítica e longamente sobre os males do cativo a que estavam submetidos. A partir de 1868, medalhões literários como Joaquim

Manuel de Macedo seguiram o caminho aberto por essas mulheres, empregando sua ficção antiescravista em prol de uma agenda abolicionista que apenas começava a ocupar o espaço público e atrair mais apoiadores, na Corte como nas províncias.

Essas discussões não passariam ao largo daqueles que ocupavam as mais altas instituições imperiais, quando menos porque muitos de seus conhecidos participavam das nascentes sociedades abolicionistas. Um deles era André Pinto Rebouças, pardo, neto de contrabandista negreiro que denunciara a Revolta dos Malês e filho de um firme defensor da ordem imperial — mesmo que nem sempre compreendido como tal por pares que desconfiavam de sua cor. Engenheiro e empreiteiro de obras públicas, Rebouças usou suas relações pessoais nos altos escalões do governo e no paço imperial para tentar — sem muito sucesso naquele momento — angariar aliados para sua causa.<sup>344</sup>

Os conselheiros de Estado tiveram de aludir ao problema da mobilização subalterna nas sessões em que se discutiu a emancipação. Nelas, tratou-se de saber até que ponto libertar escravos para combater no Paraguai ou alforriar o ventre cativo seriam, por contágio e incitações à insurgência, fatores de distúrbio à ordem pública. Os que se posicionaram a favor da emancipação alegaram que nas medidas contrárias à escravidão estariam os remédios a uma situação progressivamente ingovernável: a aglomeração de escravos, principalmente em centros urbanos, já havia demonstrado ser um risco à tranquilidade social. Nos termos de Nabuco de Araújo:

No Brasil o perigo é mais sério e mais grave; está conosco; o perigo está dentro do país, pode surpreender-nos, afetar a ordem pública e a sociedade civil. Daí a urgência de conjurá-lo pela previsão, e pela providência; daí a necessidade de tomar a iniciativa desta grande questão; de evitar que ela se torne uma questão política e presa dos demagogos.<sup>345</sup>

Pelo lado dos opositores, ou pelo menos daqueles que advogam maior cautela, usava-se o mesmo argumento, retorcendo-o, contudo.

Libertar escravos para a guerra ou alforriar nascituros seria avolumar os distúrbios, pois as medidas incitariam rebeldias. Nos propósitos do visconde de Itaboraí:

Não deixará de lembrar ainda a excitação que entre os próprios escravos produziria uma tal medida; as esperanças que ela faria nascer, o incentivo para procurarem libertar-se; e as insurreições e cenas de sangue que daí poderiam provir, às que convém ainda acrescentar a inquietação, os sustos, e meios que a medida causaria à classe dos senhores de escravos, e principalmente aos agricultores, mais expostos do que os outros aos resultados desses tristes acontecimentos.<sup>346</sup>

Não faltou retórica nas ponderações dos conselheiros, tanto de um campo quanto de outro, embora a tensão entre escravos e senhores não fosse um esforço de imaginação. Dois dias após o decreto de 6 de novembro de 1866, o mordomo-mor da Casa Imperial comunicou a formação de quilombos de escravos evadidos da Imperial Fazenda de Santa Cruz. Seriam em torno de 200 quilombolas, que teriam negado o serviço das armas e que estariam consumindo o gado da fazenda imperial e incentivando novas fugas, “sendo o terror da circunvizinhança”.<sup>347</sup>

Relatos do gênero chegavam de todas as partes do Império, potencializados pelas guerras americanas a Norte e a Sul: só entre 1860 e 1864 registraram-se 63 rebeliões servis. Em 1861 e 1862, escravizados, quilombolas e livres de cor do Maranhão imaginaram que navios norte-americanos trariam consigo tropas abolicionistas e planejaram insurreições, estimulados também por rumores de que um decreto imperial os livraria do cativeiro. Em 1863, um liberto de Pelotas foi preso por divulgar ideias subversivas, imaginando que os conflitos em torno da Questão Christie poderiam evoluir para uma guerra entre Brasil e Grã-Bretanha, o que abriria espaço para uma revolta negra em aliança com os britânicos, equivocadamente compreendidos como “seus protetores, e contrários à escravidão”. Em outubro de 1864,

cativos dos sertões mineiros leram os jornais e circularam notícias relacionadas com os progressos da guerra civil norte-americana, o ato de emancipação de Lincoln, a mobilização servil nos Estados Confederados e, na Corte, o apoio liberal à abolição, estimulando uma conspiração de centenas de insurgentes em busca da liberdade, que contaria com o apoio de forros, quilombolas e até da população branca. No ano seguinte, o jovem presidente da província do Pará, José Vieira Couto de Magalhães, provavelmente recordou o caso ocorrido em sua terra natal para relatar a necessidade de mobilizar as tropas contra os cativos de uma fazenda, “visto que com a guerra dos Estados Unidos” estava neles “arraigada a crença de que vão ser todos libertados”. Como na rebelião da Cabanagem, contatos entre escravos e quilombolas preocupavam as autoridades. Daí seguia uma inevitável e violenta repressão. Outra união do tipo aconteceu em 1867, novamente no Maranhão, quando revoltosos forçaram o administrador de uma fazenda sitiada a escrever uma carta em que proclamavam: “nos achamos em campo a tratar da liberdade dos cativos, por muito que esperamos por ela”. Também os rumores platinos influenciaram a ação subalterna: um rebelde contou ao interrogador ter ouvido no quilombo “que López do Paraguai estava tratando da liberdade deles”.<sup>348</sup>

Em São Paulo nada foi muito diferente. A delegacia de polícia de Ubatuba relatou em 1867 o caso de um recruta negro que se imiscuía nos ânimos dos escravos, dizendo que, por graça imperial, estariam forros. Pouco depois, o episódio de Vespasiano seria particularmente aterrador. O liberto de guerra tornou-se condutor de cargas bélicas após o retorno ao Império. Como quem projeta uma rebelião, arrematou escravos numa residência no subúrbio de Campinas, onde igualmente guardava parte da carga roubada. Vespasiano sustentava aos cativos que o armamento havia sido enviado pelo marido da princesa Isabel, o conde d’Eu, quem teria dado liberdade ao ventre escravo. Aparentemente por motivos passionais, a insurreição foi desbaratada por um grupo de escravas que entregou Vespasiano à polícia.<sup>349</sup>



Acontecimentos como esses não eram incomuns à época do Império. Casos de escravos que se vingavam violentamente de senhores preenchiam os documentos policiais do Império desde os tempos da independência. No entanto, a tônica rebelde entre os cativos da década de 1860 trouxe uma dimensão insurrecional diferente. Embora ainda sem formar um movimento nacional ou regionalmente organizado, o espocar de seguidos motins liderados por cativos expressou a ruptura de um tempo. Tanto as cisões no mundo escravista americano quanto as próprias tensões nacionais perpassaram a senzala insurgente. Constituíram-na, mas também foram por ela aguçadas — malgrado a imoderada assimetria de poder entre os que andavam descalços e os que tinham seus sapatos diariamente lustrados.

Quando os conselheiros mencionavam a agência escrava, em meados da década de 1860, não traziam à baila um risco inesperado. Falavam das características explosivas das relações de trabalho servil. Contudo, por trás do véu retórico próprio à política parlamentar, viviam uma década disfuncional em relação ao que fora o projeto saquarema de 1850, quando se encerrava um cisma no poder agora reaberto. Apesar de todas as diferenças, em algo os anos de 1860 recordavam os de 1830: não era um acaso a agitação popular coincidir com a crise política — e econômica.

Do outro lado da pirâmide social, todavia, não era tanto o temor às rebeliões cativas o que distinguia a classe dirigente, mas sobremaneira conflitantes projetos de Estado — inevitavelmente relacionais ao desenrolar da questão servil. Para a proa liberal-progressista da década de 1860, interessava a emancipação não apenas por motivos civilizatórios, porém também porque significaria consolidar a frente na disputa por um Império moldado pelas hostes emperradas. Para o bando conservador, sobretudo ortodoxo, um país de cativos não era o melhor dos mundos, porém as circunstâncias assim o requeriam. Danar a escravidão, paradoxalmente, era a melhor forma de mantê-la viva, porque velada. As forças da conservação, especialmente heterodoxas, não se opuseram radicalmente às medidas emancipacionistas

em curso, visto que temiam perder o controle do processo: era mais estratégico aceitar para deter a celeridade do processo do que refutar e lidar, posteriormente, com uma lei amplamente desfavorável. Assim fazendo, traziam à tona a agência escrava e seus riscos, como desestímulo aos mais apressados.

## A IMPLOÇÃO DA ORDEM

Dilacerado pelas tensões intrapartidárias, fossem aquelas próprias à mobilização militar ou à agenda emancipacionista, Olinda não resistiu ao término da legislatura de 1864 a 1866. Caiu em agosto para nunca mais voltar ao poder. Sobrevivente de uma época que os ligueiros julgavam moribunda, Olinda movia-se com lentidão, perdendo o compasso do tempo. Naquelas circunstâncias, d. Pedro II compreendeu que apenas Zacarias teria força para organizar uma nova administração e convocou-o ao poder. Pouco depois, as novas eleições confirmaram o avanço progressista, que alcançou quase 75% das cadeiras na Câmara.

Não sem razão, foi nesse momento que Nabuco de Araújo, desejoso de vê-la submetida ao Legislativo, apresentou ao imperador a mais nova versão do ventre livre. Pelo projeto, o ingênuo — nos termos da época, o nascido livre em berço cativo — deveria servir gratuitamente ao senhor de sua mãe até os 21 anos, quando teria a liberdade assegurada, e o senhor se veria desincumbido da obrigação de alimentá-lo. Caso a mãe fosse vendida, o ingênuo de até sete anos não se desvincularia dela, nem o antigo senhor receberia indenização. Na hipótese de uma alienação posterior aos sete anos, o ingênuo permaneceria com o antigo senhor. Prevvia-se também a criação de um fundo de emancipação — constituído por doações e impostos — que deveria libertar tantos escravos quantos correspondessem à quota anual estipulada para cada municipalidade do Império. Dava-se igualmente aos cativos a possibilidade de formar

pecúlio e de firmar contratos de prestação de serviços futuros, ambos instrumentos para comprar a liberdade. O Estado ficava autorizado a armar a Guarda Nacional nos municípios de grande aglomeração de escravos, a criar estabelecimentos industriais e agrícolas para disciplinar cativos vadios, a proibir o ajuntamento de escravos nas cidades e nas vilas, a fixar o número de cativos que cada fábrica deveria ter, a emprestar capital às companhias que incorporassem escravos e a desapropriar anualmente escravos aptos ao serviço das armas. Por último, todos os escravos deveriam ser matriculados, caso contrário seriam presumidos livres.<sup>350</sup>

Por todas as evidências, não haveria radicalismo qualquer no Império. O principal nome à frente da agenda servil queria a alforria, mas o gradualismo também; os direitos do cativo, porém sem perder o controle da ordem pública. Se o projeto tivesse virado lei em 1867, quem sabe teria havido escravidão no Brasil até 1930: um escravo nascido em 1866, apesar do ódio e da violência, poderia viver até os 60 anos ou mais. Quanto a isso, o projeto assemelhou-se à vindoura Lei do Ventre Livre. Era paliativo. No pouco que apenas margeava a radicalização, todavia, foi dissemelhante à lei posteriormente sancionada, que caracterizou a alforria como desapropriação e concedeu indenização aos senhores nas devidas circunstâncias.

Não estavam somente aí, nesses aspectos que levaram os conservadores ortodoxos aos berros, as razões para segurar um pouco mais, pelo menos no entender da Coroa, as rédeas do movimento. Zacarias vinha-se estranhando amargamente com a diretoria do Banco do Brasil. Tão logo assumiu o poder, o novo chefe de gabinete editou uma lei que privou o Banco de sua faculdade emissora, acusando-o de lucrar com a crise de 1864 e com a guerra contra López. Transferida a função para o Tesouro Imperial, que cuidaria então das emissões para financiar o conflito, o governo compreendeu que os cofres públicos seriam preservados dos juros que pagava ao Banco. Entretanto, dada a centralidade da instituição no sistema financeiro imperial, Zacarias teve de compensá-la em três frentes. Em primeiro lugar, o resgaste

das notas do Banco seria pago pelo governo com notas do Tesouro a taxas acima das praticadas no mercado. No acerto, o governo emitiu o orçamento da pasta da Guerra para ressarcir o Banco pelo valor do papel-moeda retirado de circulação. Como se não bastasse, o governo regulamentou a carteira hipotecária do Banco, cuja extensão deveria alcançar mais de dois orçamentos da Guerra e cujo objetivo era financiar a longo prazo, assim definido por lei, a Corte, a lavoura do Rio de Janeiro e municípios limítrofes das províncias vizinhas. Em suma, os prédios da capital e o café do Paraíba do Sul. Por último, e não menos eloquente, a presidência do Banco adviria dos votos de seus acionistas, e não de uma indicação do poder Executivo.<sup>351</sup>

As contradições tornaram-se de súbito mais evidentes. Malgrado a espetacular emissão de papel-moeda em 1867, que superou a receita orçamentária, o governo de Zacarias não logrou apaziguar a voracidade das exigências militares do então marquês de Caxias. Após o desastre em Curupaiti e o deslocamento de boa parte das tropas de Mitre para combater as sublevações no interior da Argentina, o imperador havia convocado o militar, também um antigo regredista e senador pelo partido conservador, para assumir o comando contra López. Caxias promoveu uma política de reorganização das Forças Armadas, buscando aperfeiçoar o treinamento, a disciplina dos combatentes e a salubridade dos acampamentos. Encomendou novos equipamentos bélicos e manteve-se fiel ao prestígio militar e ao soerguimento corporativo.

Numa trama de mútuas acusações em que Zacarias acusava Caxias de moroso em suas manobras militares e o marechal culpava o gabinete por equívocos na atribuição de posições do comando e por escassez de suprimentos, esgarçou-se a sustentabilidade do governo. D. Pedro II destituiu o gabinete e manteve Caxias intacto à frente das tropas. Pesou na moderação de Pedro II a rispidez de Zacarias em relação ao Banco do Brasil, instituição da qual o Império não poderia desinteressar-se sob pena de implodir de vez a estabilidade monetária, pelo resto, já em xeque. Não apenas assim ditavam os

efeitos inflacionários da política econômica de Zacarias, mas também a situação militar do instante, quando os batalhões se encontravam encastelados sem lograr ultrapassar a barreira de Humaitá. Tampouco serviu bem a Zacarias sua ferrenha oposição à nomeação de Torres Homem para o cargo de senador. Além de presidente do Banco do Brasil — o primeiro eleito, e não nomeado —, Torres Homem havia transmigrado para o campo partidário de Caxias e, sobretudo, era membro da comissão designada para projetar a liberdade do ventre cativo, um interesse especial da Coroa.

Em 16 de julho de 1868, em suma, Pedro II optou por Caxias, pelo Banco do Brasil e pelo enfrentamento da questão servil. Revelando a muito limitada autonomia das vontades individuais sobre as circunstâncias sociais, no entanto, o imperador não pôde senão recorrer ao visconde de Itaboraí — que era tudo, menos favorável à agenda emancipacionista. O novo chefe de gabinete chegou como uma benção para a cafeicultura emperrada, e igualmente para o Banco do Brasil, que teria na ortodoxia monetária do gabinete a recomposição dos lucros perdidos com Zacarias. A contrapartida pelo esforço que o Banco deveria prestar à guerra adviria de empréstimos nacionais e da emissão de apólices, ou títulos da dívida pública. Em boa medida assim ocorreu, porque os nervos das batalhas são as moedas, na expressão de François Rabelais. Em 1868, quando Itaboraí freou drasticamente a emissão de papel-moeda, o Banco do Brasil assumiu a maior parte do empréstimo nacional e das apólices, o que se repetiu nos anos seguintes até o final do conflito.

De maneira intrincada, o mercado de apólices emitidas durante a guerra enredou densamente o Império à praça financeira do Rio de Janeiro. À diferença dos empréstimos nacionais, cotados em libras, as emissões de apólices, mais ordinárias, eram-no em moeda corrente e não previam correção dos juros pela inflação. O risco envolvido na aquisição desses títulos, decorrente do volume acrescido de papel-moeda em circulação durante a guerra, era pelo menos parcialmente dissolvido pela margem entre o valor de compra e o valor de face da

apólice, além dos juros anuais que pagavam. Dessa defasagem lastreava-se a existência de um duplo mercado de apólices. O primário era o lugar dos homens de cartola inglesa, de colete à moda de Metternich e de óculos *pince-nez*, que concorriam à antiga rua Direita para adquirir as apólices em primeira mão. Antes lugar de traficantes de escravos, era agora onde atuavam sobremodo os bancos e alguns poucos homens de grande fortuna. Tratava-se de um mercado concentrado, porque apenas um pequeno grupo de credores possuía recursos suficientes para barganhar, com a liquidez necessária, o preço e o volume das apólices a serem emitidas. O mercado secundário era mais disperso. Congraçava corretores, comerciantes, advogados, engenheiros, médicos e pequenos produtores. Ali, os bancos repassavam as apólices anteriormente adquiridas, a depender do ritmo e da intensidade de suas cotações, garantindo um duplo lucro: primeiro sobre o valor de compra e, depois, sobre o valor de revenda.<sup>352</sup>

Fato é que nesse ritmo o escravo financeirizou-se, visto que o lastro último dos títulos públicos era a propriedade cativa. Caso a abolição fosse então abrupta, não apenas se comprometeriam o orçamento imperial e o valor das apólices, mas todos aqueles acorrentados ao mercado financeiro: na sincera ficção de José de Alencar, a cortesã Lucíola, por exemplo, que após enriquecer recomendou a seu amante Paulo *comprar apólices* com o dinheiro que, desiludida pela vida, não queria mais. Ou nos personagens de Machado de Assis, como em *Dom Casmurro*, que viam *num certo número de apólices* a garantia para deixar-se estar na casa de Mata-cavalos.<sup>353</sup>

Também relevante para Itaboraí, o Banco do Brasil invariavelmente atenuaria a marcha emancipacionista. Não apenas por causa do espraçamento financeiro da posse cativa — igualmente via sua carteira hipotecária, que se constituía tomando o escravo como garantia —, mas devido à própria composição diretorial do banco e seus acionistas. Eram homens envolvidos até o pescoço com a escravidão. No final de 1869, Torres Homens foi substituído pelo barão de Andaraí na presidência do Banco, cuja fortuna emergira do tráfico de

escravos, do comércio de charque entre o Prata e o Vale do Paraíba e do financiamento da lavoura fluminense. Pouco depois seria a vez do visconde de Tocantins assumir o controle do Banco do Brasil. Irmão de Caxias, Tocantins era casado com Emiliana Umbelina de Moraes, filha do falecido barão do Piraí, cuja fortuna emergira dos laços de família com um dos sobrenomes de maior prestígio econômico do Império, os Breves. Todos, ao fim, conservadores pela espada, pelas finanças e pela política.<sup>354</sup>

Para dizer o mínimo, liberais históricos e progressistas ficaram menos contentes com a virada de poder em 1868. Dos púlpitos do Senado Nabuco de Araújo não cessou de indicar que o imperador desfizera a legitimidade do poder, já que o gabinete conservador chamado a governar fora derrotado nas eleições anteriores. “Vede este sorites fatal”, confirmou o senador, “que acaba com a existência do sistema representativo: o Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição, porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Eis aí o sistema representativo de nosso país”. Tático embora pleno de calores que costumeiramente pouco o caracterizavam, o discurso de Nabuco de Araújo tinha como propósito conclamar a reunião dos liberais históricos e dos progressistas contra o que rotulava de abusos do Poder Moderador. A Câmara foi imediatamente dissolvida, e os derrotados de 1868 abstiveram-se do pleito que deu unanimidade aos conservadores na Câmara.<sup>355</sup>

Nesse intervalo de tempo, uma ampla margem de históricos e progressistas havia-se reunido às pressas na residência de Nabuco de Araújo. Entre um charuto e outro, decidiram fundar por força do conagraamento oposicionista o que se queria um convergente Centro Liberal. Era 3 de outubro de 1868, e malgrado as inevitáveis defecções, o bloco logrou em poucos meses depois lançar um manifesto no qual Itaboraí era execrado, pois ignoraria as reformas judiciárias, policiais e eleitorais que, pelo resto, os ligueiros não realizaram. Itaboraí também as deu de ombros, sustentando-se nas sucessivas vitórias de Caxias, que havia superado a fortaleza de

Humaitá no final de julho e finalmente tomado Assunção após as batalhas da Dezembrada de 1868.

Sem anuência formal da Coroa, o sexagenário marechal deu então a guerra por encerrada e retirou-se para a Corte. D. Pedro II respondeu à situação nomeando o conde d'Eu para o comando das forças imperiais no Paraguai. Sem os riscos dos anos anteriores de combate, o imperador considerou oportuna a nomeação do príncipe consorte: rapidamente vitorioso, o conde traria do Paraguai a popularidade necessária para um terceiro reinado, que se aproximava. A caçada a Solano López ainda se revelaria demorada, porém o momento foi um sopro de esperança para os liberais alijados do poder. A nomeação do conde d'Eu praticamente coincidiu com a emergência do Clube da Reforma a partir do Centro Liberal em 7 de abril de 1869, uma alusão ao término do Primeiro Reinado. Aos olhos dos novos reformistas, o príncipe seria o braço externo do Centro, transformado subsequentemente em novo partido liberal. Sabia-se das inclinações liberais e emancipacionistas do genro do imperador, o que agradava um bloco reformista cioso de promover a união de todos os liberais contra o gabinete de Itaboraí, que viu então invertida a circunstância pretérita de Zacarias. Agora, era um conservador à frente do Rio de Janeiro que deveria lidar com um liberal no comando das tropas no Paraguai.<sup>356</sup>

Em questão de semanas, o partido liberal recorreu a seu órgão predileto, o jornal *A Reforma* — cuja direção era de Francisco Otaviano —, para lançar o programa oficial dos reformistas. Queriam a responsabilidade ministerial, a descentralização política e administrativa, a supressão do Senado vitalício, reformas eleitorais que instituissem o voto direto, a limitação dos poderes dos chefes de polícia e dos delegados, a reforma judiciária, o fim do recrutamento forçado, a extinção da Guarda Nacional, liberdades de comércio, indústria, consciência e educação e a libertação do ventre cativo. Em que pesem a agenda ampla dos reformistas e todos os esforços para agrupar o bando oposicionista, desenhou-se em meio à recomposição das forças



políticas uma ala francamente radical. Alicerçavam-se, e o nome não era um acaso, no Clube Radical, fundado em maio de 1868. Eram sobretudo jovens, alguns filhos de renomados políticos, como Henrique Limpo de Abreu — descendente do visconde de Abaeté — e os irmãos Pedro e Antônio — rebentos de Antônio Ferreira Viana, autor da *Conferência dos divinos*, uma parábola crítica ao Poder Moderador. Quase todos eram profissionais liberais, especialmente advogados, jornalistas e médicos. O caçula era Rui Barbosa, de apenas 20 anos.

A participação na maçonaria era outro laço que os unia, especialmente num tempo em que as divisões entre pedreiros-livres ratificavam as distâncias entre a moderação e o radicalismo. Desde o começo da década de 1860, o Grande Oriente havia-se dividido entre o da rua do Lavradio e o da rua dos Beneditinos. O primeiro, que contaria com a direção do visconde do Rio Branco, seguiu a corrente inglesa e resguardou seus escopos filantrópicos, sem arrogar-se pelo menos explicitamente finalidade políticas. O segundo foi presidido por Saldanha Marinho e queria-se abertamente voltado para os novos projetos de país. “A maçonaria é mais alguma coisa do que uma companhia de socorro mútuo: é uma instituição filantrópica no sentido mais lato da palavra”, lia-se no Boletim do Grande Oriente do círculo dos Beneditos. Influenciado pelo Grande Oriente da França, cuja capilaridade estendeu-se à Junta de Emancipação, o da rua dos Beneditinos era mais decididamente abolicionista — ou mais radical, em suma, porque não escamoteava suas ambições republicanas e laicizantes. A ele o jovem Rui submetteria já em 1870 um projeto de abolição da escravidão.<sup>357</sup>

O grupelho radical, em todos os casos, era considerado de posições inflamadas, embora não fossem as defendidas pelos exaltados da década de 1830. Seus colegas amparavam-se no periódico *Opinião Liberal* — que, além de Henrique Limpo de Abreu, era redigido por Francisco Rangel Pestana e Monteiro de Sousa — e queriam mais do que os reformistas, nomeadamente a extinção do Conselho de

Estado e do Poder Moderador, a eleição dos presidentes de província, o sufrágio direto e universal e, sobretudo, a abolição imediata da escravatura. Em março de 1869, já haviam promovido a primeira conferência radical no Rio de Janeiro, estendendo rapidamente a série para as províncias de Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo, onde encontraram eco num núcleo campineiro composto por Manuel Ferraz de Campos Sales, Prudente de Moraes, Francisco Glicério e Martinho Prado, que tinham na maçônica Loja Independência um de seus espaços privilegiados de sociabilidade.

O palestrante da conferência inaugural em terras paulistas destoava de seus pares por sua cor, classe e ocupação: Luiz Gama, membro do Clube Radical e que em breve se tornaria maçom. Segundo o próprio, nascera da relação entre uma africana livre e um fidalgo baiano, porém havia sido ilegalmente escravizado após ser vendido pelo pai para saldar dívidas de jogo. Conseguiu a liberdade em 1848 e o ofício de escrivão da polícia em 1854, aproveitando a oportunidade para adquirir o conhecimento jurídico que empregaria para denunciar a escravidão e o racismo. Poeta, republicano, crítico das oligarquias, defensor intransigente da educação pública, da democracia e da incorporação efetiva da população negra à ordem sociopolítica do país, advogou vigorosamente por suas ideias na imprensa. Após abandonar o pseudônimo e escrever repetidamente em defesa da liberdade de diversos escravizados, foi demitido do cargo de amanuense em finais de 1869, numa polêmica que chegou à Corte e às páginas dos jornais. O caso serviu de estopim para que, por iniciativa própria e apoiado por sua loja maçônica, passasse a se dedicar integralmente à luta jurídica pela liberdade dos africanos ilicitamente mantidos em cativeiro. Em consequência, foi acusado até de agente da Internacional Comunista. Abria-se mais uma frente de combate à escravidão: além das plantações, dos jornais, teatros e gabinetes ministeriais, também os tribunais começavam a se tornar palco para discursos veementes sobre a ilegitimidade da escravidão. Gama questionava a base de todo o edifício imperial constituído desde o Regresso Conservador três décadas antes:

Gravarei nas ombreiras dos parlamentos e dos tribunais subornados esta legenda terrível: Nós temos Leis! [...] Por efeito destas salutares e vigentes disposições são livres, desde 1831, todos os escravos que entraram nos portos do Brasil, vindos de fora. São livres! Repetiremos perante o país inteiro, enquanto a peita [suborno] e a degradação impunemente ousarem afirmar o contrário. Observem-se restritamente as normas invariáveis da justiça; mantenham-se integralmente as prescrições legais; e cumpram os magistrados o seu árduo dever, que, dentro do prazo de um ano, ficará a escravatura no Brasil reduzida a menos de um terço. Cumprida a lei uma única provisão restará: a pronta emancipação dos escravos. A emancipação pronta, e sem indenizações: ela importará a restituição generosa do que os nossos avós roubaram com usura. [...] Lavemos de nossa bandeira política esta pasta de lama que a deturpa. Abaixo a escravidão!<sup>358</sup>

Tal contestação ampla e irrestrita ainda era, contudo, incipiente. A parcela mais importante da fração paulista foi mais cautelosa, embora não fosse avessa à emancipação. De formação intelectual jurídica, eram homens de gênese agrária, portanto ligados ao cativo. Campos Sales e Prudente de Moraes foram companheiros de turma na Faculdade de Direito de São Paulo. Glicério e Martinho Prado interromperam o mesmo curso no início da década de 1860: o primeiro em decorrência da prematura morte de seu pai, e o segundo em razão de seu temperamento revolucionário — pelo menos para sua classe social. Glicério foi apadrinhado pelo pai de Campos Sales, que o levou para a fazenda Santo Inácio, em Rio Claro. Martinho Prado foi para a caserna e lutou no Paraguai, provocando espanto e resistência na tradicional linhagem cafeicultora e escravocrata dos Prado de São Paulo.

Expressão de uma geração radicalizante em suas posições políticas, os então estudantes rapidamente formaram o Clube de Campinas, que tinha claros vínculos com o Clube Radical de São Paulo. Nos últimos dias de 1870, Campos Sales, Prudente de Moraes, Glicério e

Martinho Prado fundaram o Clube Republicano de São Paulo, ao que se somaram figuras da grande lavoura, como Américo Brasiliense, João Tibiriçá e Carlos e José Vasconcelos de Almeida Prado. Estavam lançadas as bases do futuro Partido Republicano Paulista quando, no Rio de Janeiro e também em fins de 1870, os radicais da Corte divulgaram sob os auspícios de Quintino Bocaiúva e Saldanha Marinho o *Manifesto republicano*, que daria origem ao partido do mesmo nome.

“Somos da América e queremos ser americanos”, reivindicavam os republicanos manifestos,

a nossa forma de governo é, em sua essência e em sua prática, antinômica e hostil aos interesses dos Estados americanos. A permanência dessa forma tem de ser forçosamente, além de origem da opressão no interior, a fonte perpétua da hostilidade e das guerras com os povos que nos rodeiam.<sup>359</sup>

Naquela altura, Solano López já havia sido capturado e morto em 1º de março de 1870. A guerra estava concluída, e os republicanos culpavam a forma de governo pelas imensas dificuldades decorrentes do longo conflito. Mas não apenas isso. Com os olhos voltados para os Estados Unidos e preconizando a aproximação com os norte-americanos, reconheciam apenas o princípio de soberania popular, verdadeiro antídoto contra a opressão, como fonte única de legitimidade política, e queriam a federação. A via para tanto, não obstante, deveria ser a moralização progressiva de uma população tutelada. Cumpria realizar depressa a transformação para prevenir a revolução. Autoproclamados homens do povo e falando em nome dos anseios populares, os radicais queriam que a república se fizesse — ordeira, disciplinada e de gravata lavada — sem o povo. Não à toa, o combate às desigualdades raciais e socioeconômicas passou ao largo de seus projetos. Um mal de origem no qual coube um ruidoso silêncio sobre a abolição: pregá-la significaria perder o núcleo campineiro, que pedia paciência para contemporizar com uma lavoura contrária à

concentração de poder no Rio de Janeiro, porém disposta a seguir Itaboraí, a melhor expressão do tempo saquarema, até o limite da censura à emancipação.

Sinal de uma época esgotada, o gabinete de Itaboraí caiu alguns meses depois da vitória contra o Paraguai. Surdo ao *bando de ideias novas* que esvoaçou sobre o Império, na locução muito posterior de Sílvio Romero, Itaboraí não se moveu um palmo sequer em direção ao mais gradual emancipacionismo. Também fez ouvidos moucos ao médio oficialato que, egresso do Paraguai e dando morras a um gabinete considerado desatento à corporação, acenou energicamente em favor da abolição. Quando o ano legislativo terminou, Pedro II convocou ao poder Pimenta Bueno, a figura por trás do surgimento do ventre livre. Sem força política, o novo gabinete durou apenas o tempo do recesso legislativo. Coube a José Maria da Silva Paranhos, um conservador heterodoxo, conduzir o ventre livre nos limites de seu alcance e com todas as incertezas que a medida traria para uma ordem forçosamente transfigurada.

Anos mais tarde, Joaquim Nabuco diria sobre a Lei do Ventre Livre:

Reformas dessa natureza não operam matematicamente [...]; não são soluções exatas, precisas, que produzam efeitos de antemão calculados. São sempre a decretação do desconhecido; otram pelo imprevisto, pelo espírito que está nelas; são grandes moldes sociais de que saem novos tipos humanos.<sup>360</sup>

Tímida que foi, a lei teve em sua letra mais as características da preservação do que da renovação. Instituiu a liberdade do ventre escravo, mas previu a permanência do ingênuo até a idade de oito anos sob os cuidados dos senhores. Então, caberia a eles ora entregá-lo ao Estado mediante indenização em títulos e apólices no valor de 600\$000 réis — uma soma irrisória em comparação ao preço de mercado —, ora valer-se de seus serviços até que completasse 21

anos. O momento, no entanto, era o avesso das características muito paliativas da lei. O Império de Pedro II vivia período de instabilidade política, econômica e social. Dirigir moderadamente o processo de extinção gradual do cativo poderia evitar o acirramento de ânimos, o ativismo abolicionista — inclusive entre escravos — ou a perda do apoio cafeeiro ao regime monarquista. O instante falava também do conflito norte-americano, da guerra contra o Paraguai, dos libertos de 1866, da crise de 1868, do Banco do Brasil, do partido da Coroa, da rebeldia escrava, dos reformismos, dos radicalismos e do republicanismo. Exprimia uma época de agitações nacionais e internacionais, e igualmente um tempo de incertezas e de necessárias refundações. Não havia uma causa única que explicasse o ventre livre, nem uma contradição apenas que dela sobreviesse. Paranhos entendeu-a bem, era o começo do fim.<sup>361</sup>